

**Nº17 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 18 de agosto  
de 2017. -----**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de catorze de agosto de dois mil e dezassete. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----**

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado informação, sobre os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal: -----

**1 - Dossiê "GFW": Concessão de terrenos na Zona Industrial** - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente solicitou novamente informação sobre a situação jurídica da empresa beneficiária da atribuição de terrenos do domínio municipal, na zona industrial, no caso, a Empresa "GFW". -----

De facto, tomou conhecimento que a empresa, em causa, deu início a um processo de falência, interpelando, nesse sentido, o Senhor Presidente da Câmara, para informar se a autarquia tem conhecimento de tal processo. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Os terrenos, em causa, localizados na zona industrial, integrados no domínio privado da autarquia, foram atribuídos à empresa "GFW", mediante a constituição legal do direito de superfície. -----

2 - A Autarquia não tem conhecimento da existência de qualquer processo de falência da empresa, em causa. -----

**2 - Estrada Municipal de ligação a Carrazedo** - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente teceu os seguintes comentários: -----

1- A autarquia está a levar a efeito a limpeza da estrada Municipal (bermas) que faz a ligação com a Vila de Carrazedo de Montenegro. ---

2- Sem colocar em causa o mérito de tal ação, determinado cidadão chamou à atenção para o facto do equipamento utilizado, para o efeito, provocar danos no próprio pavimento da estrada. -----

3- Esta situação, a confirmar-se, deverá ser rapidamente revista, em vista à boa preservação da dita estrada. -----

**3 - Obras na Freguesia de Eiras (Mosteiró)** - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente teceu os seguintes comentários: -----

1 - Foram, recentemente, arrançados os espaços públicos da freguesia, na localidade de Mosteiró, sendo certo que tais arranjos estão, agora, a ser danificados com a execução da rede de saneamento. -----

2 - Esta falta de coordenação de tais intervenções acarreta a duplicação de encargos financeiros públicos, os quais, nos dias de hoje, com a economia, em recuperação, nem numa lógica "keynesiana" podem ser admitidos. -----

**II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO.** -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo solicitado informação, sobre os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal: -----

**1 - Preservação de sítios arqueológicos existentes no Concelho de Chaves:** Sobre este assunto, o Vereador interveniente chamou a atenção para a necessidade de serem desenvolvidas ações de limpeza e de preservação dos sítios arqueológicos existentes no Concelho, os quais, pela sua importância histórica, devem ser melhor dignificados. -----

A título de exemplo, referiu a Barragem Romana da Abobeleira e, ainda as Crastas de Santiago do Monte, sítios arqueológicos relevantes que exigem a devida conservação, mediante o corte da vegetação e melhoramento dos respetivos acessos. -----

**2 - Sinalização dos Parques de Estacionamento:** Sobre este assunto, o Vereador interveniente deu nota da necessidade de ser reforçada a sinalização dos parques de estacionamento existentes e disponíveis, facilitando, assim, o seu acesso, aos automobilistas, facilitando, assim, a circulação do trânsito e melhorando as condições de estacionamento disponíveis. -----

-----  
Concluído o período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara deu nota do justo reconhecimento da Autarquia, relativamente à ação desenvolvida pelos Bombeiros, no combate aos fogos florestais registados no Concelho de Chaves, sendo, tal ação, meritória, competente e determinada. -----

**I**  
**ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:**

**1. ATAS:**

**1.1.** Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 04 de agosto de 2017. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata, com as correções sugeridas, pelo Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, as quais foram, de imediato, introduzidas, na redação do aludido documento. -----

**2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**2.1. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 75/GAP/2017. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, foi publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015; -----

2. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1, do art. 4º, do aludido Regulamento Municipal, os estabelecimentos de bebidas e ou restauração, bem como os estabelecimentos pertencentes ao 2º grupo, situados em edifícios de habitação, individual ou coletiva, ou que se localizem em zonas com prédios destinados ao uso habitacional num raio de 50 metros, apenas podem adotar o horário de funcionamento entre as 8 horas e as 24 horas; -----

3. Considerando que, nessa perspetiva, e de acordo com a aludida disposição Regulamentar, os estabelecimentos enquadrados no n.º 1, do art. 4º apenas podem adotar o horário de funcionamento entre as 8 horas e as 24 horas; -----

4. Considerando que, após a entrada em vigor do aludido instrumento regulamentar, inúmeros proprietários/exploradores de estabelecimentos comerciais enquadrados na situação descrita no art. 4º do referido Regulamento Municipal em vigor, vieram, junto do Município, manifestar o seu descontentamento/desagrado pela restrição do horário de funcionamento deste tipo de estabelecimentos, tendo em linha de conta a grave crise económico-financeira que, de uma forma geral, vêm atravessando nos últimos anos, o que poderá levar ao encerramento de muitos desses estabelecimentos; -----

5. Considerando que, desde a aprovação do Regulamento Municipal, supra referido, tem vindo a ser aprovados, sucessivamente, regimes transitórios de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadram nas situações previstas no art. 4º do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vista a permitir a concretização, do procedimento de revisão do referido Regulamento Municipal, conforme Propostas n.ºs 134/GAP/2015 e 69/GAP/2016, bem como o Despacho n.º 9/2017, praticado pelo Presidente da Câmara no dia 22 de março de 2017; -----

6. Considerando que, neste contexto, a ACISAT, enquanto entidade representante dos estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas, no Concelho de Chaves, já veio manifestar, através de ofício com a referência n.º 62/2017, datado do pretérito dia 30/06/2017, a sua disponibilidade para, em estreita colaboração com o Município de Chaves analisar a possibilidade de alteração ao Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, visando a conciliação de interesses de todos os envolvidos; -----

7. Considerando que, nesta justa medida, e acolhendo a experiência de aplicação do referido Regulamento Municipal, bem como a aprovação sucessiva de regimes excecionais, torna-se necessário proceder à alteração do aludido Regulamento, partindo de uma justa ponderação dos interesses público e privado, por forma a preservar a paz e certezas jurídicas mediante o afastamento da necessidade, diga-se permanente, de aprovar tais regimes transitórios; -----

8. Considerando que a alteração, ora proposta, se prende, única e exclusivamente, com a eliminação da limitação especial de horários

constante no artigo 4º, do Regulamento em causa, passando os estabelecimentos comerciais, enquadráveis, até agora, em tal norma regulamentar, a estar sujeitos aos limites gerais previstos no artigo 3º e aplicáveis ao respetivo grupo, sem distinção; -----

9. Considerando que nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 5º, do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15/05 e ulteriores alterações, as autoridades de fiscalização, muito concretamente, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e o Município territorialmente competente, podem determinar o encerramento imediato do estabelecimento que se encontre a laborar fora do horário de funcionamento estabelecido, sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional; -----

10. Considerando, por último, que nos termos das disposições combinadas previstas, respetivamente, no art. 241º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do nº 1, do art. 33º e na alínea g), do nº1, do art. 25º, ambos do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ulteriores alterações, e ainda no Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do Município. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Adote deliberação consubstanciada na determinação do início do procedimento tendente à alteração do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor no Concelho de Chaves, publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015, eliminando a restrição dos horários prevista para os estabelecimentos abrangidos pelo seu artigo 4º, procedendo-se, assim, à extinção dos efeitos de tal artigo, mantendo-se, em tudo o mais, o respetivo Regulamento, inalterável; -----

b) Para efeitos do disposto no nº1, do art. 98º do CPA, dever-se-á promover à publicitação de tal deliberação, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação dos respetivos contributos, de acordo com o disposto no nº1, do art. 98º do CPA; -----

c) O Projeto alteração do Regulamento, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, do art. 101º do CPA, deverá ser submetido a consulta pública, em face do número avultado de pessoas passíveis de ser abrangidas pelas medidas fixadas no mesmo, sendo, para o efeito, publicado na 2ª série do Diário da República ou no Boletim Municipal e na Internet, muito concretamente, no site do Município de Chaves, com a visibilidade adequada à sua realização; -----

d) Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de consulta pública do Projeto (30 dias a contar da publicação) ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva do Projeto de Alteração do Regulamento em apreciação; --

e) Alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Alteração de Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

f) Caso a presente proposta venha a ser aprovada nos termos ora sugeridos, deverá constar do art. 4º do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor no Concelho de Chaves, o seguinte: -----

" Art. 4º -----  
(Revogado)" -----

g) Por último, que se proceda à publicação da alteração aprovada ao Regulamento, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento Administrativo. Chaves, 10 de agosto de 2017 -----  
O Presidente da Câmara Municipal -----  
(Arq. António Cabeleira) -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vice-Presidente da Câmara, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo, em aditamento ao corpo fundamentador da proposta, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - Decorrido o período experimental de aplicação do regulamento, em apreciação, o mesmo veio a evidenciar a necessidade de serem introduzidos pequenos ajustamentos ao regime do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Concelho, centrados, no essencial, na extinção dos efeitos do seu artigo 4º. -----

2 - Por esta via, todos os estabelecimentos comerciais integrados no 2º Grupo, para efeitos de aplicação do Regulamento, ficam abrangidos pelo mesmo regime de horário de funcionamento. -----

3 - Dever-se-á salientar que o novo quadro legal, em vigor, sobre a matéria, veio a conferir poderes mais alargados às entidades responsáveis pela fiscalização deste tipo de estabelecimentos, particularmente, às forças policiais, podendo estas determinar, agora, o imediato encerramento dos estabelecimentos que estejam a funcionar em desconformidade com o regime de horário estabelecido. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

### 3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

### 4. FREGUESIAS

#### II

#### DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

#### 1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE INUNDAÇÃO; - NELSON FILIPE RAMOS RUA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA/150/DAF/17.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 2431, datado do pretérito dia 23/03/2017, Nelson Filipe Ramos Rua veio solicitar a assunção de

responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos em material existente numa garagem privada, na sequência de uma rotura no sistema predial. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, o seguinte, a saber: ----  
"(...) vem junto de V. Exa. reclamar de uma rotura de água com origem num tubo que rebentou conforme consta do relatório e fotografia, efectuados pelo piquet da Câmara Municipal e que inundou a garagem. Da referida ocorrência, danificaram-se diversos bens nomeadamente: roupas, frigorífico, arca, móveis, aspirador, perfazendo um prejuízo total de 1.100,00. -----  
Sendo que a referida ocorrência é da responsabilidade da Câmara, aguardo que assumam os referidos prejuízos e o pagamento do valor indicado." -----

3. Na sequência do retromencionado pedido, a Divisão de Águas e Resíduos produziu, no dia 11/05/2017, a Informação n.º 107/DAR/2017, tendo concluído o seguinte, a saber: -----  
"Face ao relato e após consulta ao setor de roturas da DAR, confirma-se que no passado dia 18 de fevereiro, sábado, a equipa escalada para serviço de piquete, nesse dia, procedeu à reparação de um ramal de água na propriedade reclamante; -----  
De acordo com a informação dos serviços a rotura deu-se no ramal de alimentação do contador da habitação do reclamante no interior da sua propriedade, mais propriamente num joelho antes do contador; -----  
Como consequência da rotura aliada ao facto da habitação se encontrar desabitada deu origem que o R/C da habitação se inundasse, o que terá provocado os danos reclamados. (...) " -----

4. Na sequência da reunião ordinária do executivo municipal, realizada no dia 09 de junho, veio a ser praticada, por tal órgão, deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido formulado pelo peticionário, em face das razões apontadas na informação/proposta n.º 101/DAF/17, de 23 de maio de 2017. -----

5. Neste contexto, veio a ser concedido ao peticionário, no estrito cumprimento do artigo 121º e seguintes, do CPA, o prazo de 10 dias para, querendo, se pronunciar sobre o sentido de decisão entretanto manifestado pela Câmara Municipal. -----

6. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 7124/17, do dia 04 de julho de 2017, o peticionário veio alegar o seguinte, a saber: -----  
"Conforme foi referido no requerimento entregue em 23/03/2017, a inundação teve origem num tubo antes do contador, que rebentou e provocou a inundação. V. Exas. invocam que o contador se encontra dentro da propriedade, tenho a informar que adquirir esta casa em 2014, pelo que o contador encontra-se no mesmo lugar, não tendo sido substituído nem me foi dito que era necessário deslocá-lo para outro lado. -----

Tenho ainda a informar que a água desperdiçada com o rebentamento não foi lida no meu contador, motivo pelo qual justifica que o meu pedido/atribuição de responsabilidades. -----  
Em face do exposto solicito reapreciação do meu processo e caso seja necessário tenho fotografias dos bens danificados, como também as tem, o fiscal que verificou a ocorrência." -----

7. Neste contexto, e atendendo aos factos invocados, foi solicitada a colaboração da DAR, em vista a que tal unidade orgânica informasse sobre qual o ponto a partir do qual considera, nos casos em que o contador esteja dentro da propriedade do utente, que o sistema predial, sob a responsabilidade deste último, tem início. -----

8. Através da Informação n.º 188, produzida no dia 02/08/2017, a Divisão de Águas e Resíduos veio informar o seguinte: -----

"(...) de acordo com o n.º 2, do artigo 41º, do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos, as redes de distribuição predial de abastecimento de água têm início no limite da propriedade e prolongam-se até aos dispositivos de utilização."-----

9. Assim, partindo dos pressupostos acima mencionados, cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

## **II - Do Direito -----**

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber:-----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência de uma rotura num tubo de água. -----

10. Sobre esta matéria importa, desde logo, rever a Informação n.º 107/DAR/2017, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos no 11 de maio, e na qual se concluiu, expressamente, o seguinte, a saber: ----  
*"(...)a rotura deu-se no ramal de alimentação do contador da habitação do reclamante no interior da sua propriedade, mais propriamente num joelho antes do contador"* -----

11. Resulta, portanto, evidente que, no caso individual e concreto, a rotura se deu num ramal de alimentação instalado dentro da propriedade do peticionário. -----

12. Sequencialmente, e através da Informação n.º 88, da DAR, tal unidade orgânica informou o seguinte, a saber: -----  
*"(...) de acordo com o n.º 2, do artigo 41º, do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos, as redes de distribuição predial de abastecimento de água têm início no limite da propriedade e prolongam-se até aos dispositivos de utilização."* -----

13. Atendendo às informações prestadas pela DAR, e transcritas supra, damos, aqui, por reproduzidas as considerações exaradas na Informação/proposta n.º 101/2017, produzida por estes serviços no dia 23/05/2017. -----

14. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, a conclusão inequívoca manifestada na Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

15. Por outro lado, sempre importará referir que o peticionário continua a não fazer prova do valor dos danos invocados, ou seja, não apresenta qualquer documento que comprove que o valor dos bens danificados ascenda ao montante de 1.100,00€. -----

### **III - Propostas** -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no indeferimento, agora definitivo, da pretensão formulada pelo requerente, uma vez que não decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

b) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Paulo Alves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 02 de agosto de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**Em anexo:** O respetivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2017.08.04** -----



Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista á tomada de decisão, agora definitiva, sobre o pedido apresentado pelo querente, de indeferimento, de acordo com o argumentário constante desta informação técnica. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.07.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.07.** -----

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS EM VIATURA E PROVOCADOS POR ANIMAIS ERRANTES; REQ: CLOTILDE FÁTIMA CUNHA SILVA SANTOS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA 151/DAF/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Dos Factos** -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 805, datado do pretérito dia 31/01/2017, Clotilde Fátima Cunha Silva Santos Costa vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves assuma o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na viatura Citroen, com a matrícula 32-99-BQ, e provocados por animais errantes. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2017/03/17, a qual recaiu sobre a Informação n.º 48/DAF/2017, produzida por estes serviços, no dia 1 de março de 2017, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer.

3. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, a requerente, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 3095, datado do pretérito dia 18/04/2017, veio manifestar a sua discordância com o sentido de decisão de indeferimento, manifestado pelo órgão executivo municipal, alegando que, na presente data, dispõe de testemunhas que assistiram aos factos invocados no requerimento inicial. -----

5. Ao abrigo do princípio do inquisitório, vieram a ser notificadas as testemunhas indicadas pela peticionária, a fim de prestarem declarações sobre a matéria, em causa. -----

6. Sucede, porém, que, não obstante terem sido devidamente notificadas, apenas compareceu, no dia e hora marcados, a testemunha João Lameirão Ribeiro, tendo sido elaborado o respetivo auto de declarações, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e anexo ao presente processo.

7. Relativamente à testemunha que não compareceu, não foi apresentada qualquer justificação e ou data alternativa. -----

8. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte: -----

## II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- d) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- e) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- f) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a petionária afirma que os prejuízos foram provocados por cães errantes. -----

10. Contudo, a mesma não apresentou qualquer prova de que os danos tenham sido, efetivamente, provocados por canídeos errantes. -----

11. Tal como não apresentou provas que sustentem que os animais por ela indicados, e relativamente aos quais tem apenas uma suspeita, sejam, de facto, vadios e que não pertençam a outrem residente no local onde ocorreu o incidente. -----

12. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte

o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----

13. Assim, não basta apresentar um orçamento e registo fotográfico dos danos sofridos, bem como de animais que se encontravam nas redondezas. -----

14. Tal como não basta apresentar uma participação elaborada pela PSP que se limita a descrever o que foi transmitido, na esquadra, pela peticionária, sobretudo quando esta última levanta, apenas, suspeitas, sem garantias e ou provas de que os danos tenham sido provocados por animais errantes, sem dono. -----

15. Neste contexto, veio esta Autarquia Local a ouvir as testemunhas indicadas pela peticionária, tendo apenas comparecido o Sr. João Lameirão Ribeiro, o qual declarou o seguinte: -----

*"No dia dos factos, durante a madrugada, um grupo de cães ladrava incessantemente na rua, não o deixando dormir. -----*

*Como tinha de se levantar às 4 da madrugada foi à janela com uma caneca de água, com o intuito de, deitando-lhe água, os fazer afastar. ----*

*Foi nesse momento que viu que o grupo de cães se encontrava à volta da viatura da Sra. Clotilde Costa, estando um dos cães, inclusive, em cima da viatura, muito concretamente, no capot. -----*

*Como não podia fazer nada, regressou para o interior da sua habitação. Apesar de ter visto os cães à volta do veículo, não presenciou o momento em que os mesmos provocaram danos no veículo. Só tomou conhecimento de que tal ocorrera passados alguns dias em conversa com a Sra. Clotilde. -----*

*Foi questionada a testemunha sobre se os cães eram errantes ou se têm proprietário. A testemunha referiu que não consegue responder, pois desconhece tal facto." -----*

16. Ora, como se retira das declarações da testemunha, a mesma não presenciou o momento em que os animais provocaram os danos peticionados pela requerente, não obstante ter visto os mesmos no local onde se encontrava a viatura. -----

17. Tal como não consegue garantir que os animais eram errantes e que não pertencem a alguém. -----

18. Neste contexto, e após audição da testemunha, supra referida, continua a requerente sem lograr provar que os danos tenham sido, efetivamente, provocados por canídeos errantes. -----

19. Tal como não apresentou provas que sustentem que os animais por ela indicados, sejam, de facto, vadios e que não pertençam a outrem residente no local onde ocorreu o incidente. -----

20. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

21. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

**III - Propostas** -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no indeferimento, agora definitivo, da pretensão formulada pela requerente, uma vez que não decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a

título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Sr. João neves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 03 de agosto de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**Em anexo:** O respetivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2017.08.04** -----

Visto. Concorde com o teor integral desta informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo, em vista a adoção de decisão, agora definitiva, de indeferimento do pedido apresentado pela requerente, de acordo com as razões exaradas nesta informação técnica. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.08.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.08.** -----

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA ZONA HISTÓRICA DE CHAVES. "LICENÇA DE RUÍDO". INF 193/STL/17.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - ENQUADRAMENTO** -----

1. A Associação Recreativa e Cultural da Zona Histórica de Chaves, com sede na Rua de Santa Maria, n.º 68, freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 8545/17, de 2017/08/08, solicitar autorização para a realização da "FLAVIUS CHALLENGE - OBSTACLE RACE", a ter lugar no próximo 26 de agosto de 2017. -----

2. No aludido requerimento o requerente solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.2 Nesta conformidade, o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e

autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias.” -----

3.3 Refira-se, ainda que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: ---

- Documento comprovativo da natureza de Associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade

Tributária. -----

3.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, da qual consta que não existem dívidas da requerente perante o Município de Chaves. -----

3.6 Assim, julgo que o requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.7 O valor das taxas administrativas associadas à realização da atividade pretendida pela requerente ascende ao montante de €74.15 (setenta e quatro euros e quinze cêntimos). -----

## **II - DA PROPOSTA** -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo Municipal, em vista à adoção de deliberação consubstanciada em autorizar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total de €74.15 (setenta e quatro euros e quinze cêntimos), de acordo com o disposto no n.º2, 8 e 12, do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais; -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

Chaves, 10 de agosto de 2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2017.08.11** -----

Visto. Concordo com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo, em vista a adoção de decisão nos termos desta proposta. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.11.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.11.** -----

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL  
ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

**1. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. VANESSA CALPENA DE JESUS INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº200/SHSDPC/N.º73/2017. -----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.08.08-----**

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.09. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.09. -----**

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

**1- PLANEAMENTO**

**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

**3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

### 3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---  
-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----  
-----

### 3.3. LICENÇA ESPECIAL PARA A CONCLUSÃO DE OBRA INACABADA - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR SITA EM S. FRAÚSTO, SAMAIÕES - ISABEL MONTEIRO RODRIGUES ALVES - INFORMAÇÃO N.º 1006/SCOU/2017 DA ENG.ª BRANCA FERREIRA, DE 06.07.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. -----

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### 1 - INTRODUÇÃO-----

1.1-Através dos requerimentos n.º 763/17 e 1073/17, referente ao processo n.º 285/01, a Sr.ª Isabel Monteiro Rodrigues Alves, solicita, licença especial para a conclusão de obra inacabada, designadamente, as obras de construção de uma habitação unifamiliar (lic.ª inicial n.º 426/01 e 218/02), localizada em São Fraústo, freguesia de Samaiões no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 404,50 m², está inscrito na matriz com o n.º 6865 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 949/20010924, da freguesia de Samiões.-----

#### 2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Certidão de destaque, processo n.º 285/01;-----

2.2- Licença de construção n.º 426/01, para construção de uma habitação unifamiliar de cave, r/chão e andar com a área de 288,15 m²;-----

2.3- Licença n. 218/02, relativa a 1.ª prorrogação à lic.ª 426/01;--

#### 3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1-O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º3 do artigo 8.º-A do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, por se tratar de uma obra inacabada, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----

- Certidão de Teor;-----

- Extrato da planta de ordenamento e condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Planta de consulta à escala 1:1 000;-----

- Planta de localização à escala 1:2 000;-----

- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- Ficha de medição;-----

- Quadro de áreas;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

-Comprovativos de inscrição dos técnicos em associação pública de caráter profissional;-----

- Seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 500;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Desenho de alterações;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;-----
- Termo de responsabilidade de estudo de comportamento térmico;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de arranjos exteriores;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndios;-----
- Termo de responsabilidade do ITED;-----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----
- Estimativa orçamental;-----
- Calendarização da obra;-----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 88.º do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se tratar, de um pedido de licença especial para obras inacabadas.-----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;-----

##### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 8.º- A (obras inacabadas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-

#### **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

5.1- A requerente propõe levar a efeito, obras de alteração em habitação unifamiliar, licenciada ao abrigo das licenças de construção n.º 426/01 e 218/02, com a área bruta de construção de 288,15 m², distribuídos por cave, r/chão e andar. As obras de alteração são ao nível de vãos e funcionalidade do espaço interior.-----

5.2- A habitação unifamiliar encontra-se em estado avançado de execução, possui toda a estrutura e alvenarias executadas, as licenças de construção, ao abrigo das quais, atingiu o grau de execução referido, caducadas, e não se mostra aconselhável a sua demolição por razões económicas, técnicas e ambientais.-----

5.3- A habitação unifamiliar, consubstancia, uma obra inacabada, para a qual é solicitada, licença especial para finalização da operação urbanística inacabada, nos termos do artigo 88.º do RJUE.-----

5.4- Neste sentido, entende -se que, pelo facto de estarmos em presença de um pedido de licença especial para a conclusão de obras inacabadas, este procedimento não deve ser tratado mais favoravelmente do que o aplicado às operações urbanísticas erigidas à luz de atos de controlo preventivo válidos. Assim, em razão do argumento antes aduzido,



entende-se, por bem, realizar uma prévia vistoria às obras já realizadas nos termos do n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5.5 - Por forma a verificar, se há necessidade de obras de correção ou adaptação, foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-06-13, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"126"", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.6- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de se tratar de uma habitação, com toda a estrutura executada, paredes interiores e exteriores em tijolo e cobertura colocada e que necessita das obras apresentadas no projeto, as quais, são necessárias à sua conclusão. É apresentada sob requerimento n.º 1073/17, uma calendarização dos trabalhos, adequada à conclusão da obra e estimativa orçamental dos trabalhos em falta.-----

#### **6 - RESPONSABILIDADE-----**

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto e do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;---

#### **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----**

7.1- De acordo com o a alínea a) do n.º 1, do art.º 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 563,81 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 224,80 euros.-----

7.3 - O valor total das taxas a liquidar é assim de 788,61 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

#### **8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

8.1- Considerando, que a operação urbanística apresentada, promove a requalificação do tecido urbano, pelo facto de propor a conclusão de um edifício inacabado, iniciado com o respetivo título, designadamente, a licença n.º 426/01 e 218/02.-----

8.2- Considerando, que são apresentados todos os elementos instrutórios, previstos no n.º 3, do artigo 8.º- A, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (Obras inacabadas).-----

8.3- Considerando, que da vistoria realizada ao imóvel, resultou parecer no sentido de haver necessidade de se realizarem as obras agora propostas, as quais são necessárias à conclusão da habitação unifamiliar.-----

8.4- Considerando, que é apresentada uma calendarização de trabalhos, por 12 meses, necessária para levar a efeito obras de correção, designadamente, as obras necessárias á conclusão da habitação unifamiliar.-----

8.5 - Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências.-----

8.6- Considerando, de acordo com o artigo 60.º do RJUE que a licença de obras de alteração não pode ser recusada com fundamento em normas legais ou regulamentares supervenientes à construção originária, desde que tais obras não originem ou agravem desconformidade com as normas

em vigor e tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação.-----

8.7- Considerando, que não se mostra aconselhável, a demolição da habitação unifamiliar por razões económicas, técnicas e ambientais e que pode ser concedida licença especial para a sua conclusão, sempre que exista interesse, reconhecido pela Câmara Municipal, na conclusão das obras, de acordo com o n.º2 do artigo 8.º-A do RMUE.-----

#### **9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----**

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 88.º do RJUE e artigo 8.º-A do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de obras inacabadas, regulado no artigo 88.º do RJUE e 8.º-A do RMUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere reconhecer, que existe interesse na conclusão das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão de uma licença especial para a sua conclusão.-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere reconhecer interesse na conclusão das obras de construção da habitação unifamiliar, deverá o interessado, no prazo máximo de 60 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial para a conclusão de obra inacabada, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra (já apresentado);-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

#### **ANEXO I-----**

#### **CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----**

#### **QUADRO I-----**

#### **- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----**

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
	<b>Faixa de rodagem</b>						
<b>REDE VIÁRIA</b>	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	5		19,33	96,65	€/m
<b>REDE DE ÁGUA</b>		1	/	21,61		21,61	€/m
<b>REDE DE ESGOTOS</b>		1	/	34,12		34,12	€/m
<b>REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>		0	/	45,49		0,00	€/m

	C - custo das obras existentes na via pública / m					152,38	€/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					14,8	m
	Morada unifamiliar						
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
	$T = C \times m \times 0,25$				$T =$	563,81	€

**QUADRO II****- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 69 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 69.º	Licença especial para a conclusão de obras inacabadas			
n.º 1	Emissão de alvará de licença para a conclusão de obra inacabada			85,60 €
n.º 2	Prazo de execução da obra, por cada mês	12	11,60 €	139,20 €
	<b>TOTAL</b>			<b>224,80€</b>

**TOTAL A LIQUIDAR**.....Σ 563,81 € + 224,80 € = 788,61 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17/07/2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir adoptar uma deliberação englobando, à luz do disposto no artigo 88º (Obras Inacabadas) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e do artigo 8º-A, do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, o reconhecimento do interesse na conclusão das obras atinentes ao imóvel em causa, a aprovação dos projectos de arquitetura e das especialidades agora patenteadas pela requerente e, por último, o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística em causa, sendo certo que as obras a efetuar deverão ser tituladas por um "alvará de licença especial para a conclusão de obras inacabadas".-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.11. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.14. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.4. PEDIDO DE RECEÇÃO DAS OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 84/13 EMITIDO A FAVOR DA ZON TV CABO PORTUGAL, S.A. - INFORMAÇÃO N.º 1156/SCOU/2017 DA ENG.ª CONCEIÇÃO REI, DE 10.08.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. -----**

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO-----**

Através da carta registada de 26-08-2016, registada nesta unidade orgânica com o nº 1621/16, em 02-09-2016, referente ao processo nº 164/13, a promotora solicita a libertação da caução, prestada pelo Banco Santander Totta, mediante garantia bancária nº 96230488011177, no valor de € 4 680 ( quatro mil seiscentos e oitenta euros), e destinada a garantir a boa e regular execução da passagem de cabos em Infraestruturas subterrâneas nos seguintes arruamentos:-----

Localização	Cabos (m)
Avenida Brácara Augusta	504
Rua de Santo Amaro	93
Largo Santo Amaro	50
Avenida de Santo Amaro	324
Avenida Pedro Álvares Cabral	176
Avenida da Raposeira	272
Travessa da Raposeira	113
Rua Manuel José Leitão	113
Rua dos Aregos	527
Avenida Tenente Valadim	272
Largo Maria Rita	88
Rua Alferes João Batista	486
Rua Artur Maria Afonso	268
Avenida Nuno Álvares	306
Largo de Infantaria	63
Avenida Heróis de Chaves	551
Rua Portas do Anjo	89
Rua 1º de Dezembro	108
Largo 8 de Julho	36
Rua Direita	193
Terreiro da Cavalaria	117
Avenida dos Aliados	134
Largo do Monumento dos Combatentes da Grande Guerra	57

Avenida Drº António Granjo	148
Largo da Estação	107
Avenida Miguel Torga	338
Avenida 5 de Outubro	920
Avenida do Tâmega	266

**2-ANTECEDENTES-----**

Em 04-06-2013, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 84/13, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a passagem de cabos em Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, nos arruamentos supra referidos.-----

**3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----****3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

**3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----**

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

**4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----**

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 29 de maio de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, nos arruamentos supra referidos, em Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

**5-PARECER-----**

Por leitura do Auto de Recepção Provisória, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 84/13, são passíveis de serem objecto de recepção provisória.-----

**6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----**

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 84/13.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, a caução poderá ser libertada.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que seja comunicado ao Banco Santander Totta, que a garantia bancária Nº 962300488011177, poderá ser libertada, de acordo o disposto no nº 3 do artigo 27º do Regulamento de Obras e trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

6.4-Notificar a interessada do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica.-

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11/08/2017:-----**  
 Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir adoptar uma deliberação conducente à recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará de ocupação de domínio público n.º 84/13 e à libertação da garantia bancária patenteada pelo requerente (n.º 96230488011177 do Banco Santander Totta) no montante de 4.680,00 euros (quatro mil, seiscentos e oitenta euros).-----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.11. -----**  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.14. -----**  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. EVENTUAL CADUCIDADE DA LICENÇA TITULADA PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 13/17 - NOS COMUNICAÇÕES S.A. - INFORMAÇÃO N.º 1161/SCOU/2017 DA ENG.ª CONCEIÇÃO REI, DE 11.08.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. -----**

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO-----**

Através do email de 26-05-2017, registado nesta unidade orgânica com o n.º 913/17, em 29-05-2017, referentee ao processo n.º 224/16, a promotora vem informar o seguinte:-----

(...) Na sequência de um conjunto de alterações ao projecto inicial, vimos informar que não necessitamos de intervir na via pública, no âmbito do Processo n.º 224/16 - Avenida Heróis de Chaves, pelo que solicitamos o seu cancelamento.-----

Assim, solicitamos a restituição da caução prestada.(...)-----

**2-ANTECEDENTES-----**

Em 17-02-2017, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 13/17, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na Avenida Heróis de Chaves, em Chaves.-----

**3-PARECER-----**

3.1-Face às alegações referidas pela interessada, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 13/17, **não foram realizadas**.-----

3.2-A licença para a realização das obras e trabalhos mencionadas no n.º 1 do artigo 2º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, caduca se as obras não forem iniciadas no prazo de 90 dias a contar da notificação da emissão do alvará, ou se não forem concluídas no prazo fixado no alvará ou estipulado nos termos do n.º 4 do artigo 5º do referido dispositivo legal.-----

3.3-Nesta perspectiva, no presente caso, a validade do Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 13/17, o qual titulava o licenciamento das obras de Telecomunicações pretendidas pela ora requerente, terminou no dia 19-03-2017, circunstância essa que determina o incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respectivas obras de urbanização, enquadrando-se, na causa de caducidade prevista na alínea b) do n° 1 do artigo 9° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

#### **4-PROPOSTAS-----**

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1-Que o presente processo administrativo esteja presente em reunião de câmara para que o Executivo delibere no sentido de declarar caducada a licença titulada pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 13/17, referente ao licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na Avenida Heróis de Chaves, em Chaves, com fundamento no incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respectivas obras de urbanização.-----

4.2-De acordo com o disposto no n° 5 do artigo 71° do RJUE e nos artigos 121°<sup>1</sup> e 122°<sup>2</sup> do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/2015, de 7/1, deve ser dado a conhecer à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----  
A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n°1 e 2 do artigo 122° do CPA.-----

4.3-Decorrido o prazo referido no anterior parágrafo e caso a interessada não venha a processo juntar elementos de forma a inverter o sentido de decisão proposto no item 4.1 da presente informação técnica, propõe-se que o presente processo registado com o n° 224/16, seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a libertação do

#### **<sup>1</sup>Artigo 121° - Direito de Audiência Prévia-----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124°, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

#### **<sup>2</sup> Artigo 122° - Notificação para a audiência-----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

montante de **€ 636 ( seiscientos e trinta e seis euros)**, correspondente ao valor da caução prestada em numerário, através da guia - Nº do DOC - 2017/1/17, constante no processo a folha nº 182.-----  
4.4-Notificar a interessada do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor da presente informação técnica.-----

À Consideração Superior-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11/08/2017:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito elencadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir adoptar uma deliberação conducente à declaração de caducidade da licença de ocupação do domínio público titulada pelo alvará n.º 13/17.-----  
Nesse contexto, dever-se-á notificar a requerente do projecto de decisão administrativa que acima se recomenda, nos termos do exposto no item 4.2 deste documento, sendo certo que a verificar-se a situação descrita no item 4.3 se deverá subsequentemente promover a libertação de caução aí referida.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.14. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.6. LEGALIZAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR SITA NA RUA DO ARCO N.º 60, EM ARCOSSÓ – CARLOS ALBERTO TEIXEIRA GOMES – INFORMAÇÃO N.º 1105/SCOU/2017 DA ENG.ª BRANCA FERREIRA, DE 31.07.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. -----**

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1-INTRODUÇÃO-----**

1.1- Através do requerimento n.º 801/17, referente ao processo n.º 367/15, o Sr.º Carlos Alberto Teixeira Gomes, apresenta pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação<sup>3</sup> de uma habitação unifamiliar (lic.ª n.º 599/79 e 622/84), situada na rua do Arco, n.º 60 - Arcossó, Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras no concelho de Chaves.-

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças apresentada com o requerimento inicial, o prédio urbano tem a área total de 715,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1767, Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras).-----

#### **2 - ANTECEDENTES-----**

---

<sup>3</sup>«Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente; -----



- 2.1- Licença de construção n.º 599/79, para construção de uma habitação de r/chão e andar com a área de 184,20 m².-----
- 2.2- Licença de construção n.º 622/84, para construção de um anexo de r/chão, com a área de 24,00 m².-----
- 2.3- Através do requerimento n.º 1004/15, datado de 1 de Julho de 2015, o requerente apresentou pedido de aprovação do projeto de arquitetura e especialidades, tendo sido objeto de informação técnica, sob a qual recaiu despacho datado de 26/08/2015, no sentido de indeferimento da pretensão.-----
- 2.4- Através de requerimento n.º 2059/15, datado de 29 de Dezembro de 2015, o requerente apresentou os elementos, com vista a ser ultrapassado o indeferimento das obras de ampliação da habitação unifamiliar e anexos. Sob o referido requerimento recaiu novo despacho, datado de 28 de Janeiro de 2016, no sentido de indeferimento da pretensão.-----
- 2.5- Através de requerimento n.º 430/16, datado de 29 de Fevereiro de 2016, o requerente apresentou alterações ao projeto de arquitetura, com vista a ser ultrapassado o indeferimento das obras de ampliação da habitação unifamiliar e anexos. Sob o referido requerimento recaiu deliberação de Câmara, datada de 13 de Maio de 2016, no sentido de indeferimento da pretensão.-----
- 2.6- Através de requerimento n.º 1256/16, datado de 06 de Julho de 2016, o requerente apresentou elementos, entre outros, certidão das finanças com retificação da área do terreno e Declaração da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, referente à cedência, por parte do requerente, de uma área com 36,70 m². Sob este requerimento recaiu despacho de rejeição liminar, datado de 3/08/2016 e encaminhado o processo para a comissão municipal de vistorias para efeitos de legalização de construção.-----
- 2.7- Através de requerimento n.º 1594/16, datado de 31 de Agosto de 2016, o requerente apresentou elementos. Na sequência dos elementos apresentados e da vistoria realizada, pela comissão identificada no anterior ponto 2.6, foi elaborada informação técnica sob a qual recaiu deliberação de Câmara datada de 28 de Outubro de 2016, no sentido de indeferimento do pedido tendo em linha de conta o teor do auto de vistoria da referida comissão e que aponta no sentido de haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação na edificação objeto de legalização.-----
- 2.8- Através de requerimento n.º 1320/16, datado de 23 de Dezembro de 2016, o requerente apresentou elementos ao processo. Sob o referido requerimento recaiu despacho, datado de 10 de Abril de 2017, no sentido de serem apresentados novos elementos.-----
- 2.9- Através de requerimento n.º 801/17, datado de 15 de Maio de 2017, o requerente apresentou elementos ao processo. Sob o referido requerimento recaiu despacho, datado de 25 de Maio de 2017, no sentido de serem encetados os procedimentos recomendados na informação técnica e despacho datados de 23 de Maio de 2017.-----

### **3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----**

- 3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no anexo I, ponto I, n.º 15 e 16 do ponto III da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, designadamente:-----
- Certidão das Finanças; -----
  - Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
  - Memória descritiva e justificativa;-----
  - Ficha de áreas;-----
  - Estimativa do custo total da obra;-----

- Calendarização da execução da obra;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Comprovativo da inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----
- Plantas de consulta à escala 1:10 000;-----
- Extratos da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 200;-----
- Planta de síntese à escala 1:1 000;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- Termo de responsabilidade de isenção do plano de acessibilidades;--
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Desenho de alterações;-----
- Fotografias;-----
- Termo de responsabilidade e projeto das redes prediais de água e esgotos;-----
- Termo de responsabilidade e projeto da rede de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto térmico;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de arranjos exteriores;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade e projeto de estabilidade;-----
- Ficha de Segurança contra incêndio;-----
- Fatura da luz;-----
- Fatura do telefone;-----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de ampliação.-----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 46 B, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados e em núcleos tradicionais dos aglomerados rurais, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal.-----

4.2.2- Por outro lado, sobre o prédio impende uma restrição adveniente da sua localização, em áreas de proteção a conjuntos patrimoniais - Aglomerados com núcleo tradicional a preservar.-----

##### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE).-----

#### **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

5.1 - O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar, de r/chão e andar, com a área bruta de construção de

353,00 m<sup>2</sup>. As alterações propostas, preconizam um aumento de área na habitação unifamiliar de 144,80 m<sup>2</sup>, relativamente às licenças de construção n.º 599/79 e 622/84.-----

5.2 - Para além da legalização das obras executadas sem controlo prévio por parte da administração e em desconformidade com as que foram objeto dos alvarás de licença de construção n.º 599/79 e 622/84, o presente pedido incide também, no licenciamento das obras necessárias a conferir melhor aspeto visual à globalidade da edificação existente, designadamente, a nível de pinturas e coberturas.-----

5.3 - De acordo com informação/proposta n.º 48/DPM/2017, datada de 23 de Maio de 2017, a folhas 255 e 256 deste processo, sob a qual recaiu despachos superiores datados de 23 e 25 de Maio de 2017: *"embora a construção que se pretende legalizar, não se enquadre num conceito de arquitetura exemplar, considerando a índole rural do local em que se insere, não se justifica, qualquer decisão que obstrua a sua legalização, ainda mais quando a autora do projeto propõe medidas corretivas ao nível da cobertura e de pinturas."* -----

5.4 - A informação técnica referida no anterior ponto 5.3, refere que, *"caso o Executivo Municipal entenda por bem considerar, no cômputo da área a observar no cálculo do índice de construção, uma parcela de 36,70 metros quadrados, integrada no domínio público, cedida pelo requerente a título gratuito, para alargamento/beneficiação da rua do Arco, sob um ponto de vista arquitetónico, nada mais tenho a obstar a que seja proferida decisão favorável à emissão da solicitada licença especial de legalização."*-----

5.5 - A habitação unifamiliar que se pretende legalizar as obras de ampliação, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.6 - De acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 19 do Plano Diretor Municipal, o índice de construção para o local é de 0.50 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup>, o requerente poderia então erigir uma edificação com (678.30 m<sup>2</sup> x 0.50 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup>) = 339,15 m<sup>2</sup> de área bruta de construção.-----

5.7- No entanto no n.º 2 do artigo 22.º do Plano Diretor Municipal, prevê que os índices de construção poderão ser ultrapassados, quando se trate de edificações em parcelas situadas em núcleos tradicionais dos aglomerados rurais, desde que o município reconheça que tal se justifica, por razões de integração na envolvente ou coerência formal da imagem urbana.-----

5.8 - Assim, tendo-se constatado tratar-se de um núcleo tradicional de aglomerado rural, listado no anexo n.º4 do PDM, como "Aglomerado com núcleo tradicional a preservar" e tendo resultado, da informação/proposta n.º 48/DPM/2017, datada de 23 de Maio de 2017, que *"embora a construção que se pretende legalizar, não se enquadre num conceito de arquitetura exemplar, considerando a índole rural do local em que se insere, não se justifica, qualquer decisão que obstrua a sua legalização, ainda mais quando a autora do projeto propõe medidas corretivas ao nível da cobertura e de pinturas"* e da vistoria Municipal prevista no artigo 73.º-C do RMUE, que a construção se integra com alguma naturalidade no meio em que se insere, onde o índice de construção médio nas parcelas contíguas é de aproximadamente 0,70 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup>, é possível concluir que, o projeto em apreciação pode ser enquadrado no n.º 2 do art.º 22 do Plano Diretor Municipal.-----

5.9 - A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 353,00 m<sup>2</sup>, o que implica um índice de construção de 0,52 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup>, ou seja, inferior ao índice de construção médio nas parcelas contíguas que é de 0,70 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup> e que resulta da aplicação do valor médio dos índices de construção

correspondentes às edificações existentes nas parcelas contíguas da parcela em causa, de acordo com o estipulado no n.º 3 do art.º 22 do Plano Diretor Municipal.-----

5.10- O imóvel destina-se a habitação unifamiliar, possui 2 pisos, r/chão e andar e é servido por arruamento público, devidamente infraestruturado.-----

## **6 - RESPONSABILIDADE-----**

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

## **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----**

7.1-De acordo com o n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 112,94 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 505,37 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 618,31 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

## **8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

8.1- Considerando, que o edifício, se situa em meio rural, onde predominam esta tipologia de construções e que são propostas medidas corretivas ao nível da cobertura e de pintura na habitação unifamiliar.-----

8.2- Considerando, que a habitação está inserida em área de proteção a conjuntos patrimoniais e em Aglomerados com núcleo tradicional a preservar, e que as obras a legalizar e a intervenção se enquadram com alguma naturalidade no meio em que se inserem.-----

8.3- Considerando que as obras a legalizar e propostas respeitam o artigo 22.º e 64.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

8.4- Considerando que o uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.5- Considerando, que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.6- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.7- Considerando, que resultou parecer no sentido de haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação e que é apresentada uma calendarização de trabalhos, por 1 mês, necessária

para levar a efeito as correções que são ao nível da cobertura e de pinturas.-----

8.8- Considerando, que há obras de correção a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º4 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.9- Considerando, que o requerente cedeu, a título gratuito, uma parcela de 36,70 metros quadrados, integrada no domínio público, para alargamento/beneficiação da rua do Arco, deve ser apresentada Certidão das Finanças com a correção da área cedida, ou seja, área da parcela com cedência ao domínio público, de 678.30 metros quadrados.-----

8.10- Considerando, que se trata de uma legalização das obras de construção, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.-----

#### **9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----**

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação, e face as obras de correção a levar a efeito, deverá o interessado, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

9.2- Em conformidade com o n.º10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º 14, do mesmo artigo do referido diploma legal, vir requerer, num prazo de 30 dias úteis, após a realização das obras, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11/08/2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de o Executivo Municipal vir adoptar

uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas, patenteadas na operação urbanística em presença, as quais deverão ser tituladas por alvará de licença especial de legalização, a requerer pelo interessado.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.14.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.7. EVENTUAL CADUCIDADE DA LICENÇA TITULADA PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 67/15 - NOS COMUNICAÇÕES S.A. - INFORMAÇÃO N.º 1144/SCOU/2017 DA ENG.ª CONCEIÇÃO REI, DE 11.08.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.** -----

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1-INTRODUÇÃO**-----

Através do email de 19-12-2016, registado nesta unidade orgânica com o n.º 2345/16, em 29-12-2016, referente ao processo n.º 38/15, a promotora solicita a libertação da caução, prestada, em numerário e destinada a garantir a boa e regular execução de Infraestruturas subterrâneas na Rua das Longras, em Chaves, no valor de € 655 (seiscentos e cinquenta e cinco euros), as quais consistiram nos seguintes trabalhos:-----

-Execução da rede de Telecomunicações, na extensão de 100 m e instalação de um Tubo de Subida.-----

#### **2-ANTECEDENTES**-----

Em 21-04-2015, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 67/15, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no arruamento supra referido.-----

#### **3-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO**-----

3.1-No seguimento do pedido da interessada, foi elaborada a INFORMAÇÃO N.º 489/SCOU/2017, sobre a qual recaiu despacho de concordância do Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, Sr.º Eng.º João Gerales, de 09-05-2017, através do qual a interessada foi convidada a apresentar os traçados finais das obras de Telecomunicações ( 1 exemplar e um CD), de acordo com o disposto no artigo 13.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, bem como proceder ao pagamento do montante de **106 €**, respeitante à taxa para realização da vistoria solicitada, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 76.º da Tabela de Taxas em vigor no Município de Chaves, anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, em vigor publicado em Diário da República em 22-07-2011.-----

3.2-Em 23 de maio do corrente ano, o Assistente Técnico, Bruno Pereira, deu a conhecer à promotora, via email, o teor da INFORMAÇÃO N.º 489/SCOU/2017.-----

3.3-Em resposta à n/ comunicação, a interessada, no dia 24 de maio do corrente ano, vem ao processo registado com o n.º 38/15, dizer:-----

(...) Em relação ao processo 38/15, o mesmo não foi feito porque passou o prazo de realização dos trabalhos.-----  
Sendo assim, submetemos novo processo para o mesmo local (Rua das Longras) que gerou o Proc. N° 355/15.-----  
Este processo também não chegamos a realizar os trabalhos no terreno porque arranjamos alternativa, inclusive vocês já foram ao local e confirmaram que a obra não estava realizada. (...)-----

#### **4-PARECER-----**

4.1-Face às alegações referidas pela interessada, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 67/15, **não foram realizadas**, não podendo serem alvo de recepção provisória.-----

4.2-A licença para a realização das obras e trabalhos mencionadas no n° 1 do artigo 2° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, caduca se as obras não forem iniciadas no prazo de 90 dias a contar da notificação da emissão do alvará, ou se não forem concluídas no prazo fixado no alvará ou estipulado nos termos do n° 4 do artigo 5° do referido dispositivo legal.-----

4.3-Nesta perspectiva, no presente caso, a validade do Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 67/15, o qual titulava o licenciamento das obras de Telecomunicações pretendidas pela ora requerente, terminou no dia 23-04-2015, circunstância essa que determina o incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respectivas obras de urbanização, enquadrando-se, na causa de caducidade prevista na alínea b) do n° 1 do artigo 9° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

#### **5-PROPOSTAS-----**

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

5.1-Que o presente processo administrativo esteja presente em reunião de câmara para que o Executivo delibere no sentido de declarar caducada a licença titulada pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 67/15, referente ao licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na Rua das Longras, em Chaves, com fundamento no incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respectivas obras de urbanização.-----

5.2-De acordo com o disposto no n° 5 do artigo 71° do RJUE e nos artigos 121°<sup>4</sup> e 122°<sup>5</sup> do Código de Procedimento Administrativo,

#### <sup>4</sup> **Artigo 121° - Direito de Audiência Prévia-----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124°, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

#### <sup>5</sup> **Artigo 122° - Notificação para a audiência-----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1, deve ser dado a conhecer à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----  
A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 122.º do CPA.-----

5.3-Decorrido o prazo referido no anterior parágrafo e caso a interessada não venha a processo juntar elementos de forma a inverter o sentido de decisão proposto no item 5.1 da presente informação técnica, propõe-se que o presente processo registado com o n.º 38/15 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a libertação do montante de € 655 ( seiscientos e cinquenta e cinco euros), correspondente ao valor da caução prestada em numerário, através da guia - N.º do DOC - 75/2015, constante no processo a folha n.º 78.-----

5.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11/08/2017:-----**

Visto. Atentos as razões de facto e de direito elencadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir adoptar uma deliberação conducente à declaração e caducidade da licença de ocupação de domínio público titulada pelo alvará n.º 67/15.-----  
Neste contexto dever-se-á de seguida notificar a empresa requerente do projecto de decisão administrativa que acima se recomenda, nos termos expressos no item 5.2, sendo certo que a verificar-se a situação descrita no item 5.3 ambas deste documento, se deverá, subsequentemente promover a libertação de caução aí referida.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.14. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

---

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.



**3.8. LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR SITUADA NO LUGAR DE EIRA VELHA, CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA – INÁCIO ANTÓNIO PEREIRA LUCAS – INFORMAÇÃO N.º 1089/SCOU/2017 DA ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA, DE 10.08.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. -----**

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

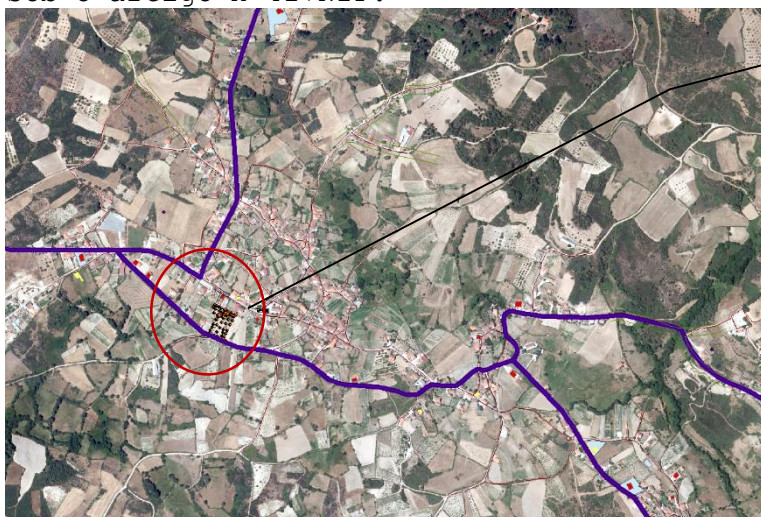
1.1 A coberto do requerimento, registado nesta unidade orgânica com o n.º1333/17, em 28 de julho, vem o Sr. Inácio António Pereira Lucas, na qualidade de proprietário, de um prédio urbano situado em Lugar da Eira Velha, freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, requer a junção de elementos, para cumprimento do enunciado na informação técnica datada de 17/07/2017, da qual tomou conhecimento pessoal, através do seu Técnico, em 28/03/2017, no âmbito do processo n.º111/17, com vista à reposição da legalidade administrativa de uma operação urbanística, já consolidada, sujeita a licença, consubstanciada em obras de construção ( **já executadas**) de um edifício destinado a habitação unifamiliar, (R/C, andar e sótão) e anexo, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

1.2. Apresenta discriminadamente, os seguintes elementos:-----

- Caderneta predial onde consta o correspondente artigo matricial;
- Certidão negativa do registo predial.-----

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----**

De acordo com a caderneta predial urbana obtida via Internet em 28/04/2017, apresentada, o prédio urbano situado em Eira Velha, freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, confronta de norte com caminho de consortes, de sul com estrada e nas restantes confrontações com particulares, descrito de habitação, com 2 pisos, com uma área total do terreno de 2741,00m², área de implantação de 217,10m², área bruta de construção 396,80 m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo nº417NIP.-----



Localização do prédio, conforme se ilustra, na sobreposição da planta georreferenciada, apresentado pelo requerente, sobre ortofotomapa com voo de 2012 (folha nº35-2A).

**3. ANTECEDENTES-----**

Para o referido prédio, conforme Sistema de Informação geográfica não se encontram quaisquer registos de operações urbanísticas. -----

**4. VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE NA INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----**

4.1 O processo está instruído com os seguintes elementos, em conformidade com disposto no n.º2, do artigo 102.ºA do DL nº555/99,

de 16/12, alterado e republicado pelo DL n.º 136/2014, de 09/09 que remete para o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação<sup>(6)</sup>, RMUE, cumulativamente com o disposto no anexo I - ponto I e no n.º15 e no n.º16, do ponto III, da Portaria nº 113/2015, de 22/4, bem como com o artigo 13.º e 15.º do RMUE, designadamente:-

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e nos termos do ponto I, do anexo III, da Portaria 113/2015 de 22 de abril;-----
- Termo de responsabilidade, subscrito pelo Coordenador do projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Memória descritiva e justificativa do Projeto de Arquitetura;--
- Documentação fotográfica do imóvel;-----
- Declaração modelo 1 de IMI, em 06/02/2017, no serviço de finanças de Chaves; -----
- Prova da validade da inscrição do arquiteto em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
- Termo de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º<sup>(7)</sup> do RMUE;----
- Declaração, na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declara a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local, de acordo com o n.º 11, do artigo 13º<sup>(8)</sup>, do RMUE;-----

---

<sup>6</sup> Publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º 732/2015. -----

<sup>7</sup> Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----  
 12 - Todos os Levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 - A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 - As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

<sup>8</sup> Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----  
 12 - Todos os Levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão

- Levantamento topográfico, à escala de 1:500, cotado, identificando o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas);-----
- Comprovativo da inscrição do técnico Topógrafo em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Extrato da planta de condicionantes, do plano Diretor Municipal, à escala 1:10.000, com a indicação precisa do local da obra;-----
- Planta de localização, à escala 1:5.000, com indicação dos limites da área da operação urbanística;-----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, à escala 1:10.000, com a indicação precisa do local da obra;-----
- Planta de implantação e arranjos exteriores, sobre levantamento topográfico, à escala 1/500, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações;-----
- Projeto de arquitetura, incluindo, termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico autor do projeto de arquitetura, plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os espaços, alçados à escala de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, cortes longitudinal e transversal à escala de 1:100, planta de alterações, os elementos mínimos apresentados em conformidade com disposto no artigo 15.º<sup>(9)</sup> do RMUE, pormenores de

ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topógrafo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11)-----

13 – A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 – Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

<sup>9</sup> Artigo 15.º - **Desenhos de alteração**-----

Nos projetos que envolvam alterações deveram ser apresentados os seguintes elementos mínimos:-----

- a) Desenhos representativos da situação existente;-----
- b) Desenhos representativos das alterações pretendidas, com as seguintes regras:-----
  - i) A preto – os elementos a conservar;-----
  - ii) A vermelho – os elementos a construir;-----
  - iii) A amarelo – os elementos a demolir;-----
  - iv) A azul – os elementos a legalizar;-----

construção, à escala de 1:20, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação).-----  
 Bem como-----

- Não é apresentada certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo, referente ao prédio abrangido, conforme o n.º1, do ponto I anexo I, da Portaria nº 113/2015, de 22/4, sendo apresentada certidão negativa;-----
- "Documentos elucidativos da titularidade do requerente", consubstanciados na cópia do contrato promessa de compra e venda a favor do Sr. Inácio António Pereira Lucas, ora requerente, declarações de receção de pagamento respeitantes aos anos de 1979 e 1980, respeitantes a uma parcela de terreno, declaração de venda de uma parcela de terreno ao Sr. Inácio António Pereira Lucas, ora requerente, bem como Caderneta predial rústica, modelo A, do artigo 4457 ARV, sendo um dos titulares o Sr. Inácio António Pereira Lucas na parte 5/30;--
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;-----
- Ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do RMUE.-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores, subscrito por técnico com qualificação profissional legalmente reconhecida e adequada a subscrever o referido projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis e nos termos do ponto I, do anexo III, da Portaria 113/2015 de 22 de abril;-----
- Prova da validade da inscrição do Engenheiro em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE - Mod.200901-ANPC), aplicável às utilizações tipo I a III e VI a XII para a 1ª categoria de risco.-----

4.2 O requerente considerou não ser possível a apresentação dos seguintes projetos de especialidade exigíveis, designadamente, projeto de estabilidade, projeto de rede de água, águas residuais e pluviais, projeto de Condicionamento acústico, Estudo de comportamento térmico e Plano de acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto, para o efeito, os projetos supra mencionados foram substituídos pelos termos de responsabilidade, a saber, termo de responsabilidade pelo "projeto de estruturas", subscrito por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelos aspetos e características estruturais da obra realizada, acompanhada de relatório técnico, termo de responsabilidade projeto de rede de água, águas residuais e pluviais, acompanhado pelo relatório técnico, pelo termo de responsabilidade do acondicionamento acústico, subscrito pelo técnico autor do projeto do Acondicionamento Acústico, termo de responsabilidade do Estudo de comportamento térmico, bem como, declaração de justificação da não aplicação das normas previstas no DL n.º163/06, de 8 de agosto, subscrita pelo Arquiteto autor do projeto de arquitetura, na qual pede a isenção da apresentação do Plano de acessibilidade, porquanto se trata de uma legalização edificação, cuja configuração da habitação implica que as obras desproporcionalmente difíceis e desajustadas e exigiria a aplicação de meios económicos e

v) Desenhos com a situação final proposta.-----

financeiros desproporcionados, ao necessário ao cumprimento dos requisitos técnicos de acessibilidade.-----

4.3 No que concerne ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, o requerente apresenta prova de que o edifício já se encontra alimentado diretamente pela rede de distribuição de energia elétrica, e apresentada a respetiva prova, consubstanciada na fotocópia da fatura do consumo da eletricidade.-----

4.4 No que concerne ao projeto de projeto de infraestruturas de telecomunicações, o requerente apresenta prova de que o edifício já se encontra ,servido dessa instalação, e apresenta a respetiva prova, consubstanciada na fotocópia da fatura do consumo desses serviços de comunicações.-----

4.5 O requerente solicita pedido de dispensa de apresentação de Projeto de Instalação Gás, devidamente fundamentado.-----

4.6 O requerente solicita prazo de 30 dias para apresentação da caderneta predial, bem como 60 dias após a emissão da autorização de utilização para apresentação do documento da conservatória do Registo predial, referente ao prédio abrangido.-----

## **5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS-----**

Não houve consultas externas.-----

## **6. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **6.1 No regime jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

A pretensão enquadra-se no disposto, na alínea c), no n.º 2, do artigo 4.º<sup>(10)</sup>, cumulativamente com o artigo n.º 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, doravante designado RJUE, com vista à legalização de obras sujeitas a licença.-----

### **6.2 Nos Regulamentos Municipais-----**

A pretensão enquadra-se no artigo 73º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, RMUE, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º 732/2015-----

### **6.3 Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----**

Regista-se que o prédio acima referido com a área total de 2741,00m<sup>2</sup> e com a configuração e delimitação constantes da planta topográfica junta, acompanhada de declaração, na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declara a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local, de acordo com o n.º 11, do artigo 13º, do RMUE.-----

#### **a) Em termos de Ordenamento-----**

A área em estudo é abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento.-----

Recorrendo, com as devidas ressalvas a Tecnologias de Comunicação e Informação, e fazendo a sobreposição da planta georreferenciada, apresentada pela requerente sobre o raster da carta de ordenamento do PDM, folha 35B, à escala:10000, verificamos que a área de implantação da edificação em apreço encontra-se classificada como espaços urbanos e urbanizáveis (class1), categoria 1.3 - outros aglomerados,

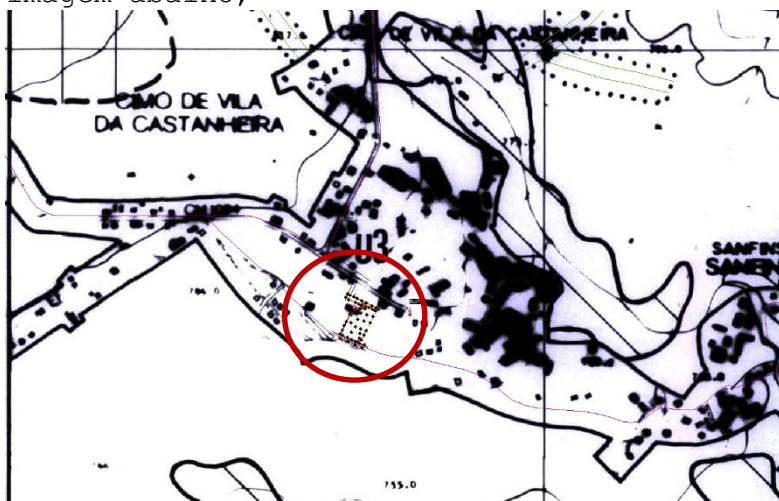
---

<sup>10</sup> Artigo 4.º **Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2 – Estão sujeitas a licença administrativa:-----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;

aglomerado de Cimo de Vila da Castanheira, tal como se ilustra na imagem abaixo,



b) Em termos de Condicionantes-----  
 Por outro lado, atenta à planta de condicionantes do PDM e recorrendo, com as devidas ressalvas a Tecnologias de Comunicação e Informação, e fazendo a sobreposição da planta georreferenciada, apresentada pela requerente sobre o raster da planta referida, carta 35B, o local não está abrangido por qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública, tal como se ilustra na imagem abaixo,-----



## 7. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

### 7.1. Quanto às regras de edificabilidade-----

Por leitura da memória descritiva e justificativa do projeto de arquitetura, é pretensão do requerente a legalização de obras de construção, de um edifício, já concluídas, sem procedimento de controlo prévio, destinado a habitação unifamiliar, (R/C, andar e sótão) e anexo, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, com uma área bruta de construção de 396,80 m<sup>2</sup> e uma área de implantação de 217 m<sup>2</sup>. -----

Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, o índice de construção é de 0.50 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 2741,00 m<sup>2</sup> x 0.50 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 1370,5 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 396,80m<sup>2</sup> (área bruta de construção- habitação e anexo);-----

Do ponto de vista técnico da disciplina de arquitetura nada obsta à realização da pretensão, na medida em que se conforma com as normas estipuladas pelo Plano Diretor Municipal de Chaves em vigor,



designadamente é cumprido o disposto nas alíneas, a), b) e d) do n.º 1 do art.º 18 e alínea a), do n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento do PDM de Chaves.-----

## **7.2. Quanto às infraestruturas-----**

O terreno confronta de norte com caminho de consortes e de sul com estrada (EM 501-1)-----

O prédio está razoavelmente servido de infraestruturas.-----

## **7.3. Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----**

Não foi apresentado plano de acessibilidades a pessoas com mobilidade condicionada, tendo sido solicitada a dispensa deste regime, ao abrigo do n.º 1, do artigo 10.º DL n.º 163/06, de 8 de Agosto, "porquanto se trata de uma legalização edificação, cuja configuração da habitação implica que as obras desproporcionalmente difíceis e desajustadas e exigiria a aplicação de meios económicos e financeiros desproporcionados, ao necessário ao cumprimento dos requisitos técnicos de acessibilidade". Foi comprovada a idade do prédio (34 anos) pelo que a data de execução da construção é anterior à entrada em vigor do DL n.º 163/06, de 8 de agosto, pelo que conforme dispõe o n.º 5 do art.º 102-A do RJUE, pode ser dispensado o cumprimento das normas de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.-----

## **7.4. Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----**

A pretensão garante, para efeitos de cálculo do número de lugares de estacionamento privado e com entrada própria pelo logradouro, o n.º mínimo de lugares de estacionamento, conforme prevê, as alíneas a) e b), do n.º 3, do Artigo 12.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º<sup>(11)</sup> e 40.º<sup>(12)</sup> do Regulamento da Urbanização e da Edificação.-----

## **7.5 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)-----**

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 20º, do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, está dispensada a verificação do interior da edificação.-----

## **8. VISTORIA MUNICIPAL-----**

### **<sup>11</sup> Artigo 39.º - Parâmetros a respeitar-----**

1 - Todas as novas edificações devem dispor de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis.-----

2 - No dimensionamento dos espaços referidos no número anterior devem garantir -se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

a) Estacionamento privado - o número e tipologia de lugares de estacionamento deve cumprir o estabelecido no artigo 12.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;-----

b) Estacionamento público - dentro dos limites do terreno objeto de intervenção, mais concretamente nos casos de edificações com a componente de habitação coletiva, comércio, serviços ou indústria, deve ser criado estacionamento a integrar no domínio público, em conformidade com o dimensionamento preceituado na Portaria n.º 216 - B/2008 de 3 de março, aplicável a título supletivo.-----

### **<sup>12</sup> Artigo 40.º - Dimensões-----**

Os lugares de estacionamento referidos no número anterior devem ter as seguintes dimensões mínimas:-----

a) Garagem privativa - 6 m x 3 m;-----

b) Lugar de estacionamento no interior do edifício, nomeadamente garagem coletiva, ou a descoberto - 5 m x 2,5 m.-----

8.1 Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 25/05/2017, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º113", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

8.2 Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO. Sendo que tais obras enquadram-se no contexto patenteado no artigo 6.º, do RJUE (Isenção de controlo prévio) e também no artigo 6.º, do RMUE, rezando o n.º 4 deste último que, "Não obstante se tratarem de operações não sujeitas a qualquer procedimento de controlo prévia, devem os interessados dar conhecimento à Câmara Municipal, até cinco dias antes do início dos trabalhos, (...)".-----

8.3 Em 21/06/2017/Requerimento n.º1056/17 o interessado apresenta exposição/memória descritiva, no sentido de comunicar que o conjunto edificado e em especial a edificação principal sofreu obras de correção, consubstanciadas em obras interiores consideradas isentas de controlo prévio, com enquadramento na alínea b), do n.º1, do artigo 6.º 13do RJUE, as quais permitiram dotar o imóvel de condições necessárias á ocupação humana, bem como, outros documentos, designadamente peças desenhadas probatórias das obras realizadas. Neste contexto solicita nova vistoria, uma vez que considera que se encontram sanadas as questões vertidas no Auto de vistoria n.º 113 e resultantes da vistoria técnica realizada em 25/05/2017 e uma vez que a edificação principal atualmente possui condições de habitabilidade.

8.4 Realizada nova vistoria, rem 10/07/2017, resultou parecer no sentido de terem sido sanadas as questões levantadas no auto de vistoria n.º113, de acordo com "Auto de Vistoria n.º141", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.

## **9. CONCLUSÕES-----**

Em relação ao presente pedido, constata-se que a habitação familiar e anexo para as quais foi requerida a legalização das obras de construção, nos termos em que se encontram representadas no projeto apresentado, não consubstanciam violação dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para o local pelo PDM de Chaves. Assim sendo, podemos afirmar a possibilidade de as mesmas virem a ser regularizadas por esta autarquia, mediante a emissão de Alvará de Licença de Utilização, conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.-----

## **10. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----**

10.1 A taxa das infra estruturas urbanísticas, calculada nos termos do disposto da alínea a), do n.º1, do artigo 24.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010, ascende ao montante de **1.531,53 €** (mil e quinhentos e trinta e um Euros e cinquenta e três cêntimos) conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas das infraestruturas urbanísticas que se anexa à presente informação;-----

---

<sup>13</sup> Artigo 6.º **Isenção de controlo prévio-----**

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de controlo prévio:-----

b) As obras de alteração no interior de edifícios ou suas frações que não impliquem modificações na estrutura de estabilidade, das cêrceas, da forma das fachadas e da forma dos telhados ou coberturas;-----



10.2 As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização da operação urbanística, objeto de análise corresponde ao valor de **190,70 €** (Cento e noventa Euros e setenta cêntimos), conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

#### **11. PROPOSTA DE DECISÃO**-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

11.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara Ordinária do aludido órgão administrativo;-----

11.2. Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção de um edifício, já concluídas, sem procedimento de controlo prévio, destinado a habitação unifamiliar, (R/C, andar e sótão) e anexo, acima descritas-----

11.3 Que o município considere que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

11.4 Mais se informa, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar, bem como, com o Documento da Conservatória do registo Predial de Chaves e caderneta predial.-----

À consideração superior, -----

Chaves, 10 de agosto de 2017-----

A Técnica Superior-----

Anexos:-----

- Tabelas com o cálculo das taxas -----
- Auto de vistoria n.º 113, emitido em 25/05/2017-----
- Auto de vistoria n.º 141, emitido em 10/07/2017-----

#### **TABELAS COM O CÁLCULO DAS TAXAS**-----

##### **I - Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**-----

Nos termos do disposto no item 1, do artigo 24.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização da operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º63, em 31/03/2010.-----

Áreas (m²)-----

Edifício destinado a habitação unifamiliar e anexo-----

PISO	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	ANEXO	TOTAL
Piso 0	179,10	37,40	216,50
Piso 1			
			<b>396,80</b>
Cércea	8,80		
Volume	990,00		

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)					
QUADRO I		custos (C)			
	s/n	larg.	C/m	C/m <sup>2</sup>	Custo (C)
REDE VIÁRIA	<b>Faixa de rodagem</b>				
	- Semipenetração betuminosa	6,7	14,49	97,08	€/m
	- Betão betuminoso	0	19,77	0,00	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	0	13,34	0,00	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	8,70	0,00	€/m
	- Betão	0	13,34	0,00	€/m
	<b>Passeios</b>				
	- Lancil (Betão)	0	17,96	0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	40,60	0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	16,24	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	0	25,52	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	22,04	22,04	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	34,80	34,80	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	46,40	0,00	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m				153,92	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública				39,8	
Moradia unifamiliar					
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º					
T = C x m x 0,25			T = 1.531,53 €		

## II - Cálculo das taxas administrativas

Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
<b>Secção IV EDIFICAÇÕES</b>			
<b>Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)</b>			
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1 Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	0	63,10 €	0,00 €
n.º 2 Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a) Até 250 m2	0	74,20 €	0,00 €
b) De 251 m2 a 500 m2	1	84,80 €	84,80 €
c) Superior a 500 m2	0	95,45 €	0,00 €
n.º 16 Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,60 €	0,00 €
<b>Secção V VISITÓRIAS</b>			
Artigo 76.º Outras vistorias			
n.º 6 Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	2	52,95 €	105,90 €
<b>TOTAL</b>			<b>190,70 €</b>

Em conformidade com o regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização/legalização da operação urbanística em causa.  
**TOTAL A PAGAR..... Σ1531,53 € + 190,70 € = 1722,23 €** (mil setecentos e vinte e dois Euros e vinte e três cêntimos).-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11/08/2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa (moradia unifamiliar e anexo).-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.14.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.9. IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO E COMÉRCIO/SERVIÇOS (LEGALIZAÇÃO) - INFORMAÇÃO N.º 1113/SCOU/2017 DA ENG<sup>a</sup> BRANCA FERREIRA, DE 02.08.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.**-----

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**1-INTRODUÇÃO**-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1287/17 e 1307/17, referente ao processo n.º 139/17, a Sr.<sup>a</sup> Áurea de Jesus Gonçalves - cabeça de casal da herança, apresenta, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção<sup>14</sup> de um edifício de comércio/serviços, sito na rua da Paz - Cimo de Vila da Castanheira, freguesia de Cimo de Vila da Castanheira no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças apresentada, o prédio urbano tem a área total de 58,33 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 461, da freguesia de Cimo de Vila da Castanheira.-----

**2 - ANTECEDENTES**-----

2.1- Processo n.º 469/15, referente a pedido de certidão de isenção de licenciamento, o qual foi objeto de indeferimento, por despacho superior datado de 11/11/2015.-----

**3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR**-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças; -----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Ortofotomapa à escala 1:2 000;-----
- Planta de localização à escala 1:25 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Quadro de áreas;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- Levantamento topográfico e perfil existente à escala 1:100;-----

<sup>14</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; --

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 100;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- Projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Fatura da luz;-----
- Fatura do telefone;-----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de construção.-----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 B, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

##### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE).-----

#### **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de um imóvel destinado a comércio/serviços. O edifício a legalizar, possui dois: r/chão e andar e uma área bruta de construção de 116,66 m².-----

5.2 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-05-05, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"117", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de haver necessidade, de serem apresentadas soluções adequadas para conferir salubridade ao edifício. Foi concedido ao requerente o prazo máximo de 15 dias para adotar as diligências necessárias, com vista á legalização do imóvel.-----

5.4 - O requerente solicitou, nova vistoria ao imóvel, fundamentando o seu pedido, no facto de as obras necessárias, para conferir salubridade ao edifício, já se encontrarem executadas. -----

5.5- Foi realizada nova vistoria ao imóvel em 2017-06-22, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"130", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.6 - Da vistoria realizada, foi verificado, que foram levadas a efeito obras de conservação, por forma a conferirem salubridade ao edifício e que deverá ser apresentada e materializada uma solução adequada a conferir ventilação à instalação sanitária existente no piso 1. O

requerente apresenta sob requerimento n.º 1287/17, datado de 25/07/2017, fotografias, para comprovar a criação de ventilação na instalação sanitária existente no piso 1.-----

5.7- O imóvel destina-se a comércio/serviços, possui dois pisos com a seguinte distribuição: piso 0 destinado a espaço de atendimento ao público e piso 1 a arrumos de apoio ao espaço de comércio/serviços. Existe uma alteração de uso da edificação preexistente, de "habitação", para "comércio/serviços".-----

5.8 - De acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 19 do Plano Diretor Municipal, o índice de construção para o local é de 0,50 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup>, o requerente poderia então erigir uma edificação com (58,33.00 m<sup>2</sup> x 0,50 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup>) = 29,17 m<sup>2</sup> de área bruta de construção.-----

5.9 - No entanto no n.º 2 do art.º 22 do Plano Diretor Municipal, prevê que os índices de construção poderão ser ultrapassados, quando se trate de edificações em parcelas situadas em núcleos tradicionais dos aglomerados rurais, desde que o município reconheça que tal se justifica, por razões de integração na envolvente ou coerência formal da imagem urbana.-----

5.10 - A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 116,66 m<sup>2</sup>, o que implica um índice de construção de 2,0 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup>, ou seja, igual ao índice de construção médio nas parcelas contíguas que é de 2,0 m<sup>2</sup>/ m<sup>2</sup> e que resulta da aplicação do valor médio dos índices de construção correspondentes às edificações existentes nas parcelas contíguas da parcela em causa, de acordo com o estipulado no n.º 3 do art.º 22 do Plano Diretor Municipal. O índice de construção médio nas parcelas contíguas, foi calculado tendo por base a estratégia procedi mental sugerida, em informação técnica aprovada por deliberação de Câmara, datada de 3 de Março de 2017 e por verificação no local.-----

## **6 - RESPONSABILIDADE-----**

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no art.º 10 do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador do projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;---

## **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----**

7.1- De acordo com o a alínea c) do n.º 1, do art.º 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 1.857,63 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 181,20 euros.-----

7.3 - O valor total das taxas a liquidar é assim de 2.038,83 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

## **8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

8.1- Considerando, que o edifício destinado a "comércio/serviços", se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.2- Considerando que as obras a legalizar respeitam o artigo 22.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

8.3 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando que o imóvel altera o uso preexistente, para "comércio/serviços", que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º

2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando, que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

#### **9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----**

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere nos seguintes termos:-----

b.1) Deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no presente projeto;b.2) Reconhecer que a mudança de uso de "habitação unifamiliar", para "comércio/serviços", cumpre as disposições legais e regulamentares;b.3) Uma vez que da vistoria, não resulta a necessidade de se efetuarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, a Câmara Municipal, reconheça que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel nos moldes atualmente pretendidos;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção no edifício destinado a "comércio/serviços", a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----  
À consideração superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03/08/2017:-----**

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. -----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.07. -----**

À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.10. CONSTRUÇÃO DE MUROS (LEGALIZAÇÃO) - LOTE 20 DO LOTEAMENTO 18/84, NO BAIRRO DE S. JOAO - JOSÉ ANTÓNIO MARQUES TEIXEIRA - INFORMAÇÃO N.º 1069/SCOU/2017 DA ARQª DORA VIDEIRA, DE 24.07.2017, DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.**-----

Foi presente a informação/proposta identifica em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**Introdução/Antecedentes**-----

O requerente acima referido, apresentou através de requerimento 927/17 os elementos em falta referidos na informação técnica de 11 de maio de 2017, referentes à legalização e dos muros de delimitação do lote 20, sito no Bairro de S. João, no loteamento titulado pelo Alvará 18/84 em nome de Armindo Correia;-----

A habitação encontra-se titulada pelas Licenças de obras n.º 615/90 de 06 de agosto, referente à construção (legalização) de uma habitação de cave, r/c e andar, e pelo Alvará n.º 432/05 de 29 de novembro, para construção (legalização) de uns anexos/arrumos com 83,94m²;-----

De acordo com a estratégia procedimental adotada na anterior informar técnica foi proposto que uma vez que o processo está corretamente instruído, fosse o processo encaminhado nos seguintes moldes:-----

Uma vez que o requerente apenas tem que legalizar, nos termos do disposto no artigo 102.º-A em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação, e tendo por base o n.º 6 do artigo 73.º-C do RMUE, os muros que confrontam com a via pública e já se encontram executados;-----

Considerando que a restante parte do muro que confronta com o arruamento, ainda não está executada, está sujeita a licenciamento, e que os demais muros não estão sujeitos a licenciamento;-----

Considerando que o muro a licenciar é consideravelmente inferior ao muro a legalizar;-----

**Enquadramento da Pretensão**-----

**No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações**-----

Neste sentido o pedido então formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, a realizar pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º 6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação;-----

Considerando que o muro sujeito a licenciamento, na sua grande parte, já se encontra erigido, faltando apenas construir uma pequena parte, conforme representando nas plantas, e se nada houver a opor ou a corrigir na realização da Vistoria, a mesma dará origem a uma posterior emissão de uma Licença Especial de Legalização;-----

**1. Proposta**-----

**1.1.** Considerando quem o pedido se encontrava instruído com os elementos necessários à realização da vistoria supra referida;-----

**1.2.** Em conformidade com o n.º 6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável que entendeu que o requerente deveria proceder a obras de correção na cor dos muros objetos de legalização, uma vez que a

proprietária entretanto resolveu pintar os mesmos de uma cor diferente da constante no processo;-----

**O referido Auto de Vistoria deverá ser fornecido ao requerente junto com a presente informação**-----

1.3. Considerando que as correções já foram levadas a efeito conforme fotos que o demonstram-----



## 2. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

### **Análise do Pedido / Proposta**-----

Em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável;---

2.1. De acordo com vistoria realizada em 29 de junho de 2017 e informação elaborada em 05 de julho de 2017, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que refere a " (...) *necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação nos muros objeto de vistoria* (...) ", e que as mesmas já se encontram realizadas;-----

2.2. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras representadas no projeto a que se fez referência; -----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização do muro em análise, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, **a emissão da respetiva emissão da Licença especial de legalização**, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

## 3. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
--	-----------	-----	------	-------



Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
<b>Artigo 66.º</b>	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
<b>n.º 1</b>	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			<b>63,60 €</b>
<b>n.º 10</b>	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos n.ºs anteriores, acresce ao valor referido em 1	53	1,00 €	<b>53,00 €</b>
<b>n.º 16</b>	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	<b>11,60 €</b>	<b>11,60 €</b>
	<b>TOTAL</b>			<b>128,20 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 08/08/2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio e do pedido de licenciamento das obras ainda a realizar devendo a operação urbanística objeto do presente procedimento ser titulada por alvará de licença especial de legalização. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.11. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.08.14. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

-----  
 Regista-se a entrada da Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, iniciando a sua participação na reunião quando eram 09:50 horas. -----  
 -----

#### 1- URBANIZAÇÃO

**1.1. EMPREITADA "ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO". - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 34/GNE/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. INTRODUÇÃO -----**

• O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 07 de julho de 2017, aprovou o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Adutora Parque Empresarial Chaves - Adutora Cando - Soutelo e Reservatório de Soutelo", mediante informação/proposta nº 276/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 03 de julho de 2017; -----

• Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 19 de julho de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, S.A.", e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 22 822,14 (vinte e dois mil, oitocentos e vinte e dois euros e catorze cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato; -----

• No dia 02 de agosto de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, S.A." , veio através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados, e Garantia Bancária Nº 72006726213, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega, C.R.L., no valor de € 22 822,14 (vinte e dois mil, oitocentos e vinte e dois euros e catorze cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato; -----

• No dia 04 de agosto de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados dessa apresentação, e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro. -----

**2. PROPOSTA / DECISÃO: -----**

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, S.A." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo e posterior remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia. -----

À consideração superior, -----

Chaves: 09 de agosto de 2017 -----

A Assistente Técnica, -----

(Rute Dias) -----

Em anexo: - Minuta do Contrato -----

-----  
**MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO"** -----

No dia ... de ..... de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 456 442,73 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro: -----

**Como Primeiro Contratante, MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

**E** -----  
**Como Segundo Contratante, SINOP - SOCIEDADE DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS PÚBLICAS - ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A.**, com sede em ....., Pessoa Coletiva nº ....., com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de ....., titular do Alvará de Construção nº ....., com o capital social de ..... euros, legalmente representada por ....., casado, natural de ....., residente na ..... em Chaves, titular do Cartão do Cidadão número ....., válido até ....., emitido pelas entidade competentes da Republica Portuguesa na qualidade de ....., conforme poderes constantes, na Certidão Permanente documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

**Cláusula 1ª** -----  
**(Objeto e preço contratual)** -----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Adutora Parque Empresarial de Chaves - Adutora Cando - Soutelo e Reservatório de Soutelo"**, pelo preço de **€ 456 442,73** (quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada, foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do dia 07/07/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do dia .../.../2017, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do dia 15/05/2017 e Projeto de Execução devidamente aprovado por deliberação camarária do dia 09/06/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

**Cláusula 2ª** -----  
**(Prazo de Execução)** -----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **270 (duzentos e setenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança

e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no nº1, do Artigo 362º, do CCP. -----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o nº1 antecedente, encontra-se prevista para .... de ..... de 2017. -----

#### **Cláusula 3ª -----**

##### **(Prazo de Garantia da Obra) -----**

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável. -----

3. Excetua-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

#### **Cláusula 4ª -----**

##### **(Pagamentos) -----**

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura. -----

#### **Cláusula 5ª -----**

##### **(Revisão de Preços) -----**

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Rede de abastecimento e água e de águas residuais** - publicada no despacho n.º 22 637/2004 (2ª série), de 5 de novembro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

#### **Cláusula 6ª -----**

##### **(Cabimento e Compromisso) -----**

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07030307; CAB nº 1692/2017, de .../.../2017; -----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso Nº 2190/2017, de 04/07/2016, em cumprimento do disposto no nº2, do artigo 9º e nº3, do artigo 5º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, nº3, alínea c) do D.L. nº 127/2012, de 21 de junho. -----

#### **Cláusula 7ª -----**

**(Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)** -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária Nº 72006726213, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega, C.R.L., no valor de € **22.822,14** (vinte e dois mil, oitocentos e vinte e dois euros e catorze cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 89º, do CCP. -----

**Cláusula 8ª** -----

**(Foro Competente)** -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**Cláusula 9ª** -----

**(Prevalência)** -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.  
2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto nº6, do artigo 96º, do CCP. -----

**Cláusula 10ª** -----

**(Legislação aplicável)** -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável. ---

**Cláusula 11ª** -----

**(Disposições finais)** -----

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----  
2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 15/05/2017; -----  
3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 07/07/2017; -----  
4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017; -----  
5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----  
6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registos Criminais, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP e Certidão Permanente. -  
O Primeiro Contratante: -----  
O Segundo Contratante: -----  
Contrato nº .../17. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.10.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.10. -----**

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.2. EMPREITADA "ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES - URZEIRA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE URZEIRA". - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 35/GNE/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. INTRODUÇÃO -----**

- O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 07 de julho de 2017, aprovou o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Adutora Parque Empresarial Chaves - Urzeira e Remodelação do Reservatório de Urzeira", mediante informação/proposta nº 277/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 03 de julho de 2017; -----

- Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 19 de julho de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, S.A.", e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para a apresentação dos documentos de habilitação; -----

- No dia 02 de agosto de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, S.A.", veio através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 14 390,87 (catorze mil, trezentos e noventa euros e oitenta e sete cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato; -----

- No dia 04 de agosto de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados dessa apresentação, e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro. -----

**2. PROPOSTA / DECISÃO: -----**

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

c) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, S.A." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo. -----

À consideração superior, -----

Chaves: 09 de agosto de 2017 -----

A Assistente Técnica, -----  
 (Rute Dias) -----  
 Em anexo: - Minuta do Contrato -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES - URZEIRA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE URZEIRA" -----**

No dia ... de ..... de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 287.817,32 (duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dezassete euros e trinta e dois cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro: -----

**Como Primeiro Contratante, MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

**E -----**  
**Como Segundo Contratante, SINOP - SOCIEDADE DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS PÚBLICAS - ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A.**, com sede em ....., Pessoa Coletiva nº ....., com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de ....., titular do Alvará de Construção nº ....., com o capital social de ..... euros, legalmente representada por ....., casado, natural de ....., residente na ..... em Chaves, titular do Cartão do Cidadão número ....., válido até ....., emitido pelas entidade competentes da Republica Portuguesa na qualidade de ....., conforme poderes constantes, na Certidão Permanente documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

**Cláusula 1ª -----**

**(Objeto e preço contratual) -----**

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Adutora Parque Empresarial de Chaves - Urzeira e Remodelação do Reservatório de Urzeira"**, pelo preço de **€ 287.817,32 (duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dezassete euros e trinta e dois cêntimos)** que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada, foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do dia 07/07/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do dia .../.../2017, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do dia 15/05/2017 e Projeto de Execução devidamente aprovado por deliberação camarária do dia 09/06/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

**Cláusula 2ª -----**

**(Prazo de Execução) -----**

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **75 (setenta e cinco) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo

contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no nº1, do Artigo 362º, do CCP. -----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o nº1 antecedente, encontra-se prevista para .... de ..... de 2017. -----

### **Cláusula 3ª -----**

#### **(Prazo de Garantia da Obra) -----**

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

d) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----

e) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

f) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável. -----

3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

### **Cláusula 4ª -----**

#### **(Pagamentos) -----**

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura. -----

### **Cláusula 5ª -----**

#### **(Revisão de Preços) -----**

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Rede de abastecimento e água e de águas residuais** - publicada no despacho n.º 22 637/2004 (2ª série), de 5 de novembro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

### **Cláusula 6ª -----**

#### **(Cabimento e Compromisso) -----**

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07030307; CAB nº 1166/2017, de .../.../2017; -----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso Nº 2181/2017, de 04/07/2016, em cumprimento do disposto no nº2, do artigo 9º e nº3, do artigo 5º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de



fevereiro e artigo 7º, nº3, alínea c) do D.L. nº 127/2012, de 21 de junho. -----

**Cláusula 7ª -----**  
**(Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante) -----**

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária Nº 72006726385, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega, C.R.L., no valor de € **14 390,87** (catorze mil, trezentos e noventa euros e oitenta e sete cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 89º, do CCP. -----

**Cláusula 8ª -----**  
**(Foro Competente) -----**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**Cláusula 9ª -----**  
**(Prevalência) -----**

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.  
 2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto nº6, do artigo 96º, do CCP. -----

**Cláusula 10ª -----**  
**(Legislação aplicável) -----**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável. ---

**Cláusula 11ª -----**  
**(Disposições finais) -----**

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----  
 2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 15/05/2017; -----  
 3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 07/07/2017; -----  
 4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017; -----  
 5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----  
 6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registos Criminais, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP e Certidão Permanente. -  
 O Primeiro Contratante: -----  
 O Segundo Contratante: -----  
 Contrato nº .../17. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.10. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.10.** -----

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.3. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, AO ABRIGO DA LEI Nº 42/2016 DE 28 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 36/GNE/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. INTRODUÇÃO** -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 (LOE 2017), aprovada pela Lei nº42/2016 de 28 dezembro, veio, através do seu art.º 49º, regular o regime aplicável às aquisições de serviços. -----

Nos termos do disposto no nº4, do art. 49º, a "celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste"; -----

No entanto o nº 12, do art.º 49º, estipula que, nas autarquias locais, a comunicação prevista no referido nº4 é feita ao órgão executivo; -- Assim, da conjugação dos n.ºs 4 e 12 do art.º 49º, conclui-se que a celebração ou renovação de contratos de Aquisição de Serviços estão sujeitas ao dever de comunicação à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato; -----

Neste enfoque, foi elaborada a listagem, pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, que contém informação relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, por forma a cumprir, dentro do prazo legalmente estabelecido, o dever de comunicação, anteriormente, mencionado. -----

**2. PROPOSTA / DECISÃO:** -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal a seguinte estratégia de atuação: -----

Levar ao conhecimento do órgão executivo municipal, na próxima reunião ordinária, a listagem, elaborada pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o que se anexa à presente informação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 14 de agosto de 2017 -----

A Assistente Técnica, -----

(Rute Dias) -----

Em anexo: - A referida listagem de celebração de contratos de aquisição de serviços. -----

Ajuste Direto	Designação do Procedimento	Data			Adjudicatário	Valor do Contrato S/Iva
		Abertura do Procedimento	Adjudicação	Contrato		

29/SC/2017	Prestação de Serviços "Integração do Município de Chaves no Grupo Piloto de Autarquias, no âmbito do Projeto CESOP-LOCAL (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa"	08.06.2017	04.07.2017	26.07.2017	Nome:	Universidade Católica Portuguesa	€ 9 840,00
					Sede:	Palma de Cima, 1649 - 023 Lisboa	

-----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14.** -----

A Reunião de Câmara. -----

-----  
 Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo manifestado a sua preocupação consubstanciada no facto dos custos emergentes da celebração do contrato, em apreciação, serem, à partida, elevados, tendo mais que a Autarquia tem a obrigação de facultar à Universidade Católica, no âmbito do projeto, toda a informação pretendida. -----

Por último, requereu, junto do Presidente da Câmara, informação sobre o "Feedback" da Autarquia, no que concerne ao desenvolvimento do Projeto, em apreciação, e, bem assim, no que diz respeito à informação já sistematizada, sobre a matéria. -----

-----  
 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --  
 O projeto, em apreciação, é de manifesto interesse público para a autarquia, tendo a mesma a possibilidade de participar, ativamente, na ponderação de políticas públicas, em áreas relevantes para o desenvolvimento local, particularmente, para o desenvolvimento do Concelho de Chaves. -----

O Projeto piloto, em apreciação, irá permitir dotar o Concelho de Chaves de uma agenda estratégica de desenvolvimento, com um horizonte temporal alargado, envolvendo a Universidade e o corpo técnico da Autarquia. -----

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----  
 -----

#### **1.4. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO N.1/DOP/2017 (TRABALHOS ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 4.942,80 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14.** -----

A Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto no valor de €4.942,80 (Quatro mil, novecentos e quarenta e dois euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ficando, o respetivo pagamento, condicionado pela prévia obtenção de visto do Tribunal de Contas. -----

**1.5. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO N.2/DOP/2017 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS).-----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 2/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 5.230,44 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14.** -----

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto no valor de €5.230,44 (Cinco mil, duzentos e trinta euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ficando, o respetivo pagamento, condicionado pela prévia obtenção de visto do Tribunal de Contas. -----

**1.6. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - RELATÓRIO FINAL.**-----

Foi presente a informação n.º 343/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento**-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, n.º 125, de 30 de junho de 2017 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondo".-----

**II - Fundamentação**-----

Foi elaborado o relatório final, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda."-----  
 Considerando que as condições contratuais propostas pelo concorrente são as seguintes:-----

- Valor da proposta: 252.565,00 € (Duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco euros);-----

- Prazo de execução da obra: 150 dias-----

Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte:-----

**III - Da Proposta em Sentido estrito**-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao senhor Presidente da Câmara que tome decisão no sentido de:-----

a) Aprove a adjudicação da presente empreitada, nos termos e com os fundamentos exarados no relatório final, elaborado pelo júri do procedimento e datado do dia 04 de agosto de 2017, documento cujo teor

aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa à presente proposta para aprovação superior;-----

b) Neste contexto, a adjudicação da empreitada, em causa, deve ser a favor da empresa concorrente, "**Construções Quatro de Maio, Lda.**", pelo valor de **252.565,00 €** (Duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco euros), IVA não incluído, sendo para o efeito dispensada a audiência prévia dos interessados, tendo em conta a urgência na conclusão da empreitada, por se tratar de uma candidatura, POSEUR, aprovada em 30 de dezembro de 2016 e evitar correções financeiras à operação em causa;-----

c) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º 2 do artigo 98º do CCP;-----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do senhor Presidente da Câmara, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário;-----

e) Por último o ato de adjudicação patenteado pelo despacho do senhor presidente da Câmara, nos termos anteriormente configurados, deverá ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 18 de agosto de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 9 de agosto de 2017.-----

A Técnica responsável na ausência da Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Maria Madanela de Sousa Durão Branco)-----

**Em Anexo:** Relatório Final-----

## **RELATÓRIO FINAL**-----

### **1 - Introdução**-----

O presente relatório refere-se à análise das propostas do concurso designado em epígrafe, aberto por deliberação camarária em 23/06/2017 sobre proposta da Divisão de Obras Públicas datada de 19/06/2017, cuja lista de concorrentes é a seguinte:-----

- Perfil - Fundações e Hidrogeologias, Lda.....	265.214,30€
- Estêvão Vinhais Chaves, Unipessoal, Lda.....	262.945,00€
- Anteros - Empreitadas, Soc. C. e O. Públicas, S.A.....	0,01€
- Pinto & Brites, Lda. ....	271.819,75€
- Construções Quatro de Maio, Lda.....	252.565,00€

### **1.1 - Júri do procedimento**-----

Procederam à abertura do concurso, os seguintes elementos do Júri:---

- Presidente: 25Vítor Joaquim Fernandes Pereira-----

- 1.º Vogal - Maria Madalena de Sousa Durão Branco-----

- 2.º Vogal - Paulo Jorge Rodrigues Branco-----

### **2 - Análise das Propostas**-----

#### **2.1 - Propostas não apreciadas**-----

Após análise das propostas apresentadas a concurso, verificou-se que a proposta a seguir indicada não cumpre os requisitos pelo que não foi considerada para efeitos de análise de propostas:-----

O Concorrente "**Anteros - Empreitadas, Soc. C. e O. Públicas, S.A**" não apresenta, na sua proposta, nenhum dos documentos de apresentação obrigatória, mencionados na alínea e) do n.º 6 do programa de Procedimento.-----

A não apresentação dos referidos documentos determina a exclusão da proposta, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 70 do CCP.----

2.1- Critérios de Adjudicação-----

O critério de adjudicação, estabelecido no ponto 9 do Programa de Procedimento, é o do preço mais baixo, ficando assim ordenadas as propostas:-----

1 - Construções Quatro de Maio, Lda.....252.565,00€  
 2 - Estêvão Vinhais Chaves, Unipessoal, Lda.....262.945,00€  
 3 - Perfil - Fundações e Hidrogeologias, Lda.....265.214,30€  
 4 - Pinto & Brites, Lda.....271.819,75€

O preço base do concurso era de 275.000,00€ e o prazo era de 150 dias. Esta proposta apresenta uma baixa de preço de 8,16%.-----

### **3 - Conclusão-----**

Pelo referido é entendimento do júri propor à Câmara Municipal de Chaves o seguinte:-----

**3.1 - A exclusão do concorrente "Anteros - Empreitadas, Soc. C. e O. Públicas, S.A", ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 146 do CCP.-**

**3.2 - A adjudicação da empreitada "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo" pelo valor 252.565,00€ (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco Euros) IVA não incluído, à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda.", com um prazo de execução de 150 dias.-----**

**3.3 - Que seja dispensada a audiência prévia dos interessados, tendo em conta a urgência na conclusão da empreitada, por se tratar de uma candidatura, POSEUR (Aviso POSEUR-12-2016-38), tendo a mesma sido aprovada em 30 de dezembro de 2016 e evitar correções financeiras à operação em causa.-----**

Chaves, 04 de agosto de 2017-----

### **O Júri do Procedimento-----**

#### **O Presidente-----**

Vítor Joaquim Fernandes Pereira-----

#### **Os Vogais-----**

Maria Madalena de Sousa Durão Branco-----

Paulo Jorge Rodrigues Branco-----

### **DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.10.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

### **DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.10. -----**

Aprovo. À próxima reunião de Câmara para ratificação-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 10 de agosto de 2017. -----

### **1.7. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO- JARDIM DE INFÂNCIA - APRESENTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA DE 10% DO VALOR DO CONTRATO.-----**

Foi presente a informação nº 287/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

#### **I - Enquadramento -----**

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 241 de 19 de dezembro de 2016, concurso público tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO - JARDIM DE INFANCIA".--

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 31 de março de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "SENSETEC TECHNICAL SERVICES UNIPessoal LDA.", a execução da referida empreitada.-----

3.0 valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 164 122,76 € (cento e sessenta e quatro mil cento e vinte e dois euros e setenta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar:-----

- Prazo de execução da obra: 60 dias;-----
- O contrato é de 22 de maio de 2017;-----
- O auto de consignação é de 19 de junho de 2017;-----
- O Plano de Segurança e saúde foi aprovado na reunião de 9 de junho de 2017.-----

4. A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, vem apresentar a garantia bancária nº0693.003056.793 da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 16.412,28€ (dezasseis mil quatrocentos e doze euros e vinte e oito cêntimos), valor correspondente a 10% do valor do contrato, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações contratuais, solicitando assim, o reembolso do valor retido no auto de medição nº1, e solicitando ainda a não retenção em futuros autos de medição.-----

## **II - Da Proposta em Sentido estrito-----**

1. De acordo com o estipulado no n.º 2 do Artigo 353.º do Código dos Contratos Público, a dedução retida em cada Auto de Medição pode ser substituída por garantia bancária ou por seguro-caução, nos termos estabelecidos para a caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.-----

2. Face ao exposto, em coerência com as razões de facto e direito enunciadas, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido do requerente, pelo que se propõe ao órgão executivo:-----

2.1- Submeter o referido pedido à aprovação do executivo camarário;--

2.2 - Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, remeter cópia à Divisão de Gestão Financeira, com a finalidade de reembolsar o adjudicatário, "SENSETEC TECHNICAL SERVICES UNIPessoal LDA.", no montante de 4.553,80 Euros (Quatro mil, quinhentos e cinquenta e três euros e oitenta cêntimos), respeitante ao valor retido no auto de medição nº1;-----

2.3 - Não efetuar retenções em futuros autos de medição.-----

<b>Auto de Medição N°</b>	<b>Valor do Auto</b>	<b>Valor retido em euros</b>
<b>1</b>	45.538,03	4.553,80

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 10 de agosto de 2017.-----

A Técnica Superior-----

(M.<sup>a</sup> Madalena Sousa Durão Branco, Eng.<sup>a</sup>)-----

Em Anexo: Garantia bancária nº0693.003056.793 da CGD-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2017.08.11.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14.**-----

A Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.8. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - RELATÓRIO FINAL.** -----

Foi presente a informação nº 344/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento**-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, nº 119, de 22 de junho de 2017 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares (PAMUS 1.4)".-----

**II - Fundamentação**-----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa, "ASG - Construções e Granitos, Lda." pelo valor de 749.527,95 € (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete Euros e noventa e cinco cêntimos).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, nenhum dos concorrentes apresentou, qualquer sugestões quanto ao sentido da decisão, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

**III - Da Proposta em Sentido estrito**-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

a) Aprove a adjudicação da presente empreitada, nos termos e com os fundamentos exarados no relatório final, elaborado pelo júri do procedimento e datado do dia 04 de agosto de 2017, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa à presente proposta para aprovação superior;-----

b) Neste contexto, a adjudicação da empreitada, em causa, deve ser a favor da empresa concorrente, "ASG - Construções e Granitos, Lda.", pelo valor de 749.527,95 € (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete Euros e noventa e cinco cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 180 dias.-----

De salientar que o valor total da proposta (749.527,95 €) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor na rubrica 3.3.1 0102/07030301/0101/2016 I 3, sendo que o valor de 32.750,00 € (Trinta e dois mil setecentos e cinquenta euros), corresponde a Rede de Abastecimento de Água;-----

c) órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário;-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 9 de agosto de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

**Em Anexo:** Relatório Final-----

-----  
**RELATÓRIO FINAL**-----



Aos 10 dias do mês de agosto 2017, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente - Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral;-----

- 1.º Vogal - Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Obras Públicas, em substituição de Fernanda Maria Duro Borges Moraes Serra, por esta se encontrar no gozo do seu período de férias;-----

- 2.º Vogal - Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas,-----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatório, no âmbito do presente procedimento.-----

No passado dia 01 de agosto procedeu-se à notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo.-----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.-----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "**Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares (PAMUS 1.4)**" pelo valor **749.527,95 €** (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete Euros e noventa e cinco cêntimos) IVA não incluído, à empresa "**ASG - Construções e Granitos, Lda.**", com um prazo de execução de **180 dias**, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri.-----

**O Júri**-----

**O Presidente**-----

Marcelo Caetano Martins Delgado-----

**Os Vogais**-----

Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues-----

Maria Madalena de Sousa Durão Branco-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14.** -----

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.9. LOTES 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GEN. RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), R. NADIR AFONSO, TRAV. NUNO ÁLVARES E R. MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E R. ARTUR MARIA AFONSO E TRAV. GEN. R. DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES.**-----

Foi presente a informação nº 346/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento**-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 7 de julho de 2017, deliberou autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa.-----  
 Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, veio apresentar uma lista de erros e omissões.-----  
 Após análise da mesma, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----  
 Nos termos do exposto no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentadas, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo.-----

## **II - Da Proposta em Sentido estrito-----**

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:-----

a) A aceitação dos erros e omissões, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso;-----

b) Que, dado que o presente documento apenas poderá ser presente à reunião ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 4 de agosto, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61 do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município, já que a obra se encontra inscrita no Programa Operacional Região Norte - Norte 2020 - PAMUS 1.8, PAMUS 1.9 e PAMUS 1.10, dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados;-----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 18 de agosto de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

d) Nos termos do n.º 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves ([www.vortalgov.pt](http://www.vortalgov.pt)), do teor da presente decisão.-----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o n.º 3 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º.-----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 16 de agosto de 2017, até às 17 horas.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 11 de agosto de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Rodrigues)-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.11.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.11. -----**

Aprovo. À reunião de Câmara para ratificação-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 11 de agosto de 2017. -----

**1.10. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA.** -----

Foi presente a informação nº 350/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento**-----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº Série, nº 19, de 26 de janeiro de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Ampliação da Rede de Saneamento e ETAR de Calvão".-----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 10 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Construções Quatro de Maio, Lda., a execução da referida empreitada.-----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 14 de julho de 2017. -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 398.152,50 € (Trezentos e noventa e oito mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra 180 dias.-----

5 - O adjudicatário, apresentou a dia 11 de agosto de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis.

**II - Fundamentação**-----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra.-----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos.-----

**III - Da Proposta em Sentido estrito**-----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal que tome decisão no sentido de:-----

1. Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em anexo, tendo em conta a urgência na conclusão da empreitada, por se tratar de uma candidatura, POSEUR e evitar correções financeiras à operação em causa;-----

2. Nomear como coordenador de segurança o Técnico Superior,ª Eng.ª Madalena Branco;-----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação;-----

4. De acordo com o n.º 1 do artigo 15.º do Dec. Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho).-----

5. Por último o ato de aprovação do Plano de Segurança e Saúde em obra, patenteado pelo despacho do senhor presidente da Câmara, nos termos anteriormente configurados, deverá ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 18 de agosto de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 11 de agosto de 2017-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues)-----

**Em anexo:** Plano de Segurança e Saúde.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14.** -----

Aprovo. À reunião de Câmara para ratificação.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 14 de agosto de 2017. -----

#### **1.11. MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES - RELATÓRIO FINAL. --**

Foi presente a informação n.º 348/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

##### **I - Enquadramento**-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, n.º 88, de 08 de maio de 2017 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Musealização das Termas Romanas de Chaves".-----

##### **II - Fundamentação**-----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa, "Costa & Carreira, Lda." pelo valor de 995.027,03 € (Novecentos e noventa e cinco mil, e vinte e sete Euros e três cêntimos).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

##### **III - Da Proposta em Sentido estrito**-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

a) Aprove a adjudicação da presente empreitada, nos termos e com os fundamentos exarados no relatório final, elaborado pelo júri do procedimento e datado do dia 11 de agosto de 2017, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa à presente proposta para aprovação superior;-----

b) Neste contexto, a adjudicação da empreitada, em causa, deve ser a favor da empresa concorrente, "**Costa & Carreira, Lda.**", pelo valor de **995.027,03 €** (Novecentos e noventa e cinco mil, e vinte e sete Euros e três cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de **365 dias**.-----

De salientar que o valor total da proposta (995.027,03 €) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor na rubrica 2.5.1. 0102/07010307/0103/2016 I 11., sendo que o valor de 9.998,00 € (Nove mil novecentos e noventa e oito euros), corresponde a Rede de Abastecimento de Água;-----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário;-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 11 de agosto de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

**Em Anexo:** Relatório Final-----

No dia 11 do mês de agosto de 2017, pelas 10h00, na Divisão de Obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente: Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de departamento de Coordenação Geral; -----

- 1.º Vogal: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Obras Públicas-----

- 2.º Vogal: António José Pereira Malheiro, Chefe da Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico;-----

com o fim apreciar as alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia dos interessados, nos termos do disposto no artigo 123º do CCP, pelo concorrente Teixeira, Pinto & Soares, S.A., que deram entrada através da plataforma eletrónica no prazo legalmente disponível para o efeito.-----

**1 - Das alegações da empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A.**-----

a) Em traços gerais, na exposição proferida pela empresa "Teixeira, Pinto & Soares, S.A.", esta, no sentido de contrariar a ordenação das propostas, na fase de análise das mesmas, vem propor o seguinte:-----

i) Exclusão da proposta do concorrente Costa & Carreira, Lda., pela desconformidade dos preços constantes da proposta, na lista de preços apresentada em PDF e da lista de preços unitários disponibilizada para o efeito pela plataforma, em conformidade com o disposto do ponto 7 do Programa de Concurso.-----

ii) Exclusão da proposta do concorrente Costa & Carreira, Lda., por não ter preenchido corretamente o formulário principal, nomeadamente o código da proposta de acordo com o anexo II da Lei 96/2015, de 27 de Agosto.-----

E em consequência que seja corrigido o relatório preliminar.-----

**2 - Da apreciação das alegações, por parte do júri**-----

a) Programa de Procedimento, no seu ponto n.º 7 identifica os documentos a apresentar com a proposta, encontrando-se entre eles a lista de preços unitários.-----

b) Esta lista não é outra senão aquela que é disponibilizada pela plataforma eletrónica, pois, para além de não ser apresentada qualquer outra no lançamento do concurso, é também a única que dá garantias de não ter as suas quantidades alteradas. A lista em PDF apresentada pela

empresa Costa & Carreira S.A., não foi objeto de análise, nem tida em consideração, dado que não era solicitada.-----

c) Deste modo, a lista de preços unitários correta, apresentada pela empresa Costa & Carreira S.A., é a que se extrai da plataforma eletrónica, já que é a que contém as quantidades corretas, e não a que é apresentada à parte.-----

d) Relativamente à exclusão da proposta do concorrente Costa & Carreira, Lda., por não ter preenchido corretamente o formulário principal, nomeadamente o código da proposta de acordo com o anexo II da Lei 96/2015, de 27 de Agosto, é entendimento de este júri que o erro no preenchimento do formulário em nada interfere nas características e na valia técnica da proposta sendo certo que tal deficiência descortinada no devido preenchimento do formulário, ora, em apreciação, não pode ser classificada pela sua natureza como uma preterição de uma formalidade essencial, comprometedora, formal e ou materialmente da avaliação e análise da proposta, em crise, para efeitos de adjudicação.-----

Registe-se que a relevação de tal erro não essencial do preenchimento do dito formulário não colide com o cumprimento dos princípios de igualdade de tratamento dos concorrentes, concorrência, imparcialidade e transparência, princípios esses que norteiam este tipo de procedimento de contratação pública.-----

Ao invés, a exclusão do concorrente em causa, ora, reclamada pela exponente, em sede de audiência dos interessados, essa sim, seria uma decisão violadora do princípio da proporcionalidade, considerando que a proposta adjudicatária, particularmente a sua análise e avaliação, à luz do critério de adjudicação pré-estabelecido no caso preço mais baixo não sair beliscada pelo registo de tal deficiência não essencial.

### **3 - Da deliberação do Júri-----**

Face ao exposto, o júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

a) Julgar improcedentes as alegações apresentadas pelo concorrente "Teixeira, Pinto & Soares, S.A" em virtude das mesmas não serem suscetíveis de justificar a alteração do sentido de decisão anteriormente expresso no relatório preliminar.-----

b) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - a adjudicação da empreitada **Musealização das Termas de Chaves** pelo valor de **995.027,03€** (novecentos e noventa e cinco mil, e vinte e sete Euros e três cêntimos) IVA não incluído, à empresa "Costa & Carreira Lda." com um prazo de execução de **365 dias** -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri-----  
Chaves, 11 de agosto de 2017-----

**O Júri do Procedimento-----**

**O Presidente-----**

Marcelo Caetano Martins Delegado-----

**Os Vogais-----**

Amelia Cristina Gonçalves Rodrigues-----

António José Pereira Malheiro-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14. -----**

A Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo reiterado a sua posição de discordância relativamente às infraestruturas que vão ser executadas, no âmbito do projeto, em apreciação, nomeadamente, no que diz respeito à construção de uma pala que vai ser projetada no edifício que confina com a Rua do Olival. - Tal discordância é, também, alargada a outras intervenções no interior do Museu, as quais também não merecem o seu acolhimento. ----- Tudo, em coerência com a posição já assumida, em anteriores decisões administrativas tomadas, por este Executivo, sobre a matéria. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**1.12. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - PRORROGAÇÃO DE PRAZO-----**

Foi presente a informação nº 347/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento-----**

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 229 de 29 de novembro de 2016, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE I: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1)".----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 3 de fevereiro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada.-----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 23 de fevereiro de 2017.-----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 544 199,00 € (quinhentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar:-----

- Prazo de execução da obra: 150 dias.-----
- Data da consignação: 20 de março de 2017-----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 20 de março de 2017.--

**II - Fundamentação-----**

1- A entidade executante vem, através de ofício que deu entrada nos serviços administrativos do Município de Chaves com o registo nº 5607 de 14 de julho de 2017, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra por 44 dias, argumentando para o efeito, os seguintes motivos:

1.1-Realização de trabalhos não contemplados, com o surgimento de infraestruturas de abastecimento de água muito degradadas, obrigando deste modo, à sua remodelação total;-----

1.2 - Falta de cadastro das infraestruturas existentes;-----

1.3- Alteração do projeto das passadeiras de passagem de peões;-----

1.4 - Indefinição do projeto da iluminação pública - luminárias;-----

1.5 - Suspensão dos trabalhos na zona PAMUS 2.1 - na zona de conflito com os trabalhos em curso no Estádio Municipal de Chaves;-----

- 1.6 - Alteração do projeto na zona do passeio junto ao restaurante/churrasqueira "o Galo";-----
- 1.7-Execução de muro de pedra/floreira, para a árvore existente no triângulo da Av. Do Estádio com a Av. General Ribeiro Carvalho;-----
- 1.8 - Indefinição do projeto de execução relativamente à localização dos negativos em chapa de ferro, a executar nos pavimentos para as tendas;-----
- 1.9 - Alteração ao projeto das caldeiras para as árvores nas baias de estacionamento na zona dos estabelecimentos comerciais (lado direito do troço que se localiza entre o triângulo da Av. Do Estádio com a Av. General Ribeiro de Carvalho e a entrada para o Bairro dos Fortes);---
- 1.10 - Sondagens solicitadas pelo dono de obra para deteção da localização das derivações a partir da conduta principal e do diâmetro das mesmas;-----
- 1.11 - Indefinição do projeto, relativamente à zona de passeios/estacionamento, em frente à clínica veterinária "Os Bichos";
- 1.12 - Execução de diversos trabalhos adicionais - Ramal de saneamento, caixas de visita para tubos de queda de águas pluviais,-----
- 1.13 - Alteração do projeto, relativamente às dimensões da rampa do Tipo3 prevista em projeto;-----
- 1.14 - Alteração do projeto de acesso de três estabelecimentos comerciais, após execução dos trabalhos;-----
- 1.15 - Indefinição de projeto, relativamente à zona de conflito das passadeiras, com a rampa do Tipo 5 no acesso a arruamentos existentes.
- 2- Anexado ao referido pedido de prorrogação, vem um novo plano de trabalhos, plano de mão de obra, plano de equipamentos e respetivo plano de pagamentos adaptados às novas circunstâncias.-----
- 3 - Feita análise aos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar:-----
- 3.1 - Foi desde o início dos trabalhos, prevenida a entidade executante, para o integral cumprimento do plano de trabalhos e consequentemente o cumprimento dos prazos de execução, sendo que, qualquer proposta de alteração de trabalhos, nunca poderia por em risco a conclusão da obra no prazo contratualmente estabelecido, salvo eventual exceção, antecedida da devida autorização do Dono de obra;
- 3.2- Desde a ata de reunião de obra nº2, datada de 26/04, (e seguintes), que ficaram registadas as preocupações e avisos do Dono de obra, referentes aos atrasos verificados na execução dos trabalhos, tendo sido solicitado à entidade executante, efetuar todas as diligências, no sentido de disponibilizar, em tempo oportuno, reforços tanto a nível de mão de obra e equipamentos, como na encomenda atempada dos materiais. Apesar dos compromissos assumidos pela entidade executante, as ações foram-se adiando, comprometendo assim a recuperação dos atrasos verificados;-----
- 3.3- As alterações efetuadas pelo dono de obra, nomeadamente, nos lances rampa, nos lances das passadeiras, no muro de pedra/floreira, na zona de passeio/estacionamento, nas caldeiras para as árvores e no passeio junto ao restaurante/churrasqueira "o Galo", resultam de situações pontuais, de ajustes com construções contíguas, onde se mantêm os mesmos materiais com apenas ligeiras alterações nas dimensões, as quais, não conduziram a quaisquer atrasos, se os trabalhos decorressem de acordo com o plano de trabalhos estabelecido. As questões ou dúvidas, na interpretação do projeto, colocadas tardiamente (em relação ao plano de trabalhos) pela entidade executante, foram prontamente solucionadas pelo Dono de obra. Note-se que a área de intervenção da obra é extensa, pelo que, os ajustes efetuados, permitiriam sempre avançar com as frentes de trabalho,



nunca pondo em risco o cumprimento do prazo para a conclusão da obra, nem provocando atrasos na entrega de materiais, uma vez que os mesmos ainda não tinham sido produzidos;-----

3.4- A realização de trabalhos, como a substituição de ramais de abastecimento de água, a realização de pequenas sondagens para confirmação das infraestruturas existentes, execução de ramal de saneamento e mesmo pequenas caixas para recolha de águas pluviais conduzidas pelos tubos de queda, provêm de eventualidades de colisão, entre o projeto e infraestruturas existentes, que, a ocorrerem, devem ser sanadas de imediato. Tal ocorrência deve ser contemplada e devidamente prevenida em obras desta especificidade, para além de que, no projeto, se encontram previstos trabalhos de infraestruturas, de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais domésticas e da rede de saneamento de águas pluviais. Tal como referido no ponto anterior, tais trabalhos não acarretariam quaisquer atrasos, se fosse cumprido o plano de trabalhos contratualmente estabelecido;-----

3.5- Desde o início dos trabalhos, ficou a entidade executante de apresentar uma amostra, para aprovação do Dono de obra, dos negativos a aplicar no pavimento, cujo objetivo é permitir a fixação das tendas, na realização de eventos (feiras populares), tendo para tal, como referencia o protótipo previsto no projeto. Tal facto, só ocorreu no início de julho e, contudo, a entidade executante ainda não o fixou, nem tão pouco aferiu a sua resistência, com vista à obtenção da respetiva aprovação. Do mesmo modo, a aplicação dos negativos encontra-se prevista no plano de trabalhos, após a conclusão da pavimentação, não tendo sido, por si só, a indefinição das suas localizações, motivo para provocar qualquer tipo de atraso na execução dos trabalhos; -----

3.6- Não houve qualquer indefinição relativa ao projeto elétrico, mas sim, solicitação do Dono de obra, para que a entidade executante, retardasse só o tempo que fosse possível, sem nunca comprometer a conclusão da obra dentro do prazo contratual, a encomenda dos cabos elétricos, das colunas de iluminação e respetivas luminárias, previstas no projeto. Nesse propósito, a entidade executante referiu que esse material já se encontrava incluído no contrato estabelecido com o seu subempreiteiro, ficando deste modo, sem efeito a solicitação do Dono de obra. Contudo, dado tratar-se de material específico, mandado executar por encomenda e encontrando-se os fornecedores em período de gozo de férias, no mês de agosto, a entidade executante informou que as luminárias só estariam disponíveis em obra, no mês de setembro;-----

3.7 - As plantas cadastrais devem ser solicitadas pela entidade executante, às entidades específicas. Contudo, nem sempre existem plantas cadastrais atualizadas, ou caso existam, por vezes não são fornecidas atempadamente, ou não apresentam a precisão ou detalhes essenciais, capazes de evitar a ocorrência de quaisquer acidentes no desenrolar dos trabalhos. Neste sentido, regista-se a ocorrência de danos efetuados em infraestruturas enterradas de telecomunicações, elétricas, gás e rede de saneamentos, que condicionaram o desenrolar dos trabalhos em execução, ultrapassando o prazo crítico para a sua conclusão, o que consequentemente provocou atrasos indesejáveis;-----

3.8 - Foi solicitado à entidade executante, que não interviesse na zona PAMUS 2.1, ao longo do passeio que circunda o Estádio Municipal Eng.º. Branco Teixeira, porque o Desportivo de Chaves se encontra a executar obras de remodelação no Estádio e, assim, evitar quaisquer tipos de conflitos ou constrangimentos nos trabalhos de ambas as

empresas. Até há presente data, ainda não foi dada autorização à entidade executante, para iniciar os trabalhos nessa zona;-----

3.9 - Após solicitação do Dono de obra, a entidade executante apresentou um plano de trabalhos (29/05), com a reprogramação dos trabalhos e considerando os atrasos verificados, o qual não mereceu qualquer aprovação, porque até à data não foram entregues os respetivos: plano de mão de obra, plano de equipamentos e plano de pagamentos, necessários para a sua correta avaliação;-----

3.10 -Como se pode verificar pela faturação mensal, a entidade executante não cumpriu, o plano de trabalhos e de pagamentos, contratualmente estabelecidos, tendo sempre comunicado ao Dono de obra que reforçaria todos os meios necessários, de modo a concluir a obra dentro do respetivo prazo de execução. Apesar dos propósitos da entidade executante, os mesmos não foram suficientes e capazes de recuperar os atrasos verificados, refletindo-se agora no incumprimento da conclusão da obra, dentro do prazo contratual. -----

### **III - Da Proposta em sentido estrito-----**

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas nos pontos 3.6, 3.7 e 3.8 e, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra, torna-se impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo:

1 -Aobtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo;-----

2 -De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 44 dias, em virtude de se prever, que os trabalhos no arruamento, contíguos ao estádio municipal se possam iniciar a partir do dia 14 de agosto;-----

3 -De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor.-----

4 -Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada.-----

Com aprovação do pedido de prorrogação, a data para a conclusão da obra, é de 30 de setembro de 2017.-----

É tudo quanto me cumpre informar.-----

À consideração Superior.-----

Chaves, 28 de julho de 2017-----

A Técnica Superior-----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª)-----

**Anexos:** Pedido de prorrogação de prazo.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14.** -----

A Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo manifestado a sua insatisfação pelo facto do projeto "PAMUS" desrespeitar, na sua execução, os direitos dos cidadãos com mobilidade condicionada. -----

No caso da empreitada, em apreciação, a colocação de postes de iluminação no meio dos passeis construídos e alargados é uma prova evidente de tal afirmação. -----

Toda a rede de água e saneamento da cidade está num estado lamentável. A ausência de cadastro, sobre as redes públicas existentes e sua degradação permanente têm provocado custos adicionais para o erário público, com todas as desvantagens financeiras daí emergentes para o equilíbrio das contas da Autarquia. -----

Embora não se oponha à prorrogação do prazo da empreitada, ora, proposto, não poderá deixar de registar que, mais uma vez, em sede de execução da empreitada, em causa, tornou-se necessária a substituição de infraestruturas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --  
1- No âmbito da elaboração do projeto de execução que deu suporte à empreitada, em apreciação, os serviços técnicos municipais nunca propuseram a substituição das redes de infraestruturas existentes, na Av. do Estádio, nomeadamente, a substituição das redes de saneamento.  
2 - No entanto, durante a execução dos trabalhos da empreitada, veio a ser, objetivamente, constatada a necessidade de ser assegurada a substituição da conduta de distribuição, instalada, junto às lojas comerciais existentes, considerando que a mesma se encontrava em mau estado de conservação. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

Em relação à eventual responsabilidade dos serviços municipais, sobre o estado lamentável em que se encontra a rede de águas e saneamento que serve o Concelho, facto indissociável da inexistência de um sistema para descargas de tempestades, e bem assim, a ausência de um cadastro atualizado e de uma política de substituição de infraestruturas, era importante determinar se tal responsabilidade deve ser imputada à eventual inércia dos serviços municipais responsáveis, com prejuízo evidente para o melhoramento das redes, ou se, ao invés, tais medidas não foram desenvolvidas por incúria da estrutura política municipal responsável, durante os últimos 16 anos. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **1.13. - EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO". - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 37/GNE/2017. -----**

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

##### **1. INTRODUÇÃO -----**

- Por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado do pretérito dia 10 de agosto do corrente ano, foi aprovado o relatório final de análise das propostas, da empreitada "**Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo**", mediante informação/proposta nº 343/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 09 de agosto de 2017, ato esse que será, nos termos

legais, sujeito a ratificação, na reunião ordinária do Executivo Municipal, a realizar no próximo dia 18 de agosto de 2017; -----

• Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n° 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 10 de agosto de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "Construções Quatro de Maio, Lda", e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 12.628,25 (Doze mil, seiscentos e vinte e oito euros e vinte e cinco cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato; -----

• No dia 14 de agosto de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "Construções Quatro de Maio, Lda", veio através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados, e prestar caução, por depósito em dinheiro, efetuado na Tesouraria Municipal, tendo sido emitido o documento de receita n.º DRG00/156, datado do dia de hoje, no valor de € 12.628.25 (Doze mil, seiscentos e vinte e oito euros e vinte e cinco cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato. -----

## 2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Construções Quatro de Maio, Lda" do teor integral da minuta do contrato em apreciação. -----

À consideração superior, -----

Chaves: 14 de agosto de 2017 -----

O Técnico Superior, -----

(Em regime de mobilidade) -----

(Paulo Silva) -----

Em anexo: - Minuta do Contrato -----

## MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO" -----

No dia ... de ..... de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 252.565,00 (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro: ---

**Como Primeiro Contratante, MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público N° 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

**E** -----

**Como Segundo Contratante, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA.**, com sede em ....., Pessoa Coletiva n° ....., com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de ....., titular do Alvará de

Construção nº ....., com o capital social de ..... euros, legalmente representada por ....., casado, natural de....., residente na ..... em Chaves, titular do Cartão do Cidadão número ....., válido até ....., emitido pelas entidade competentes da Republica Portuguesa na qualidade de ....., conforme poderes constantes, na Certidão Permanente documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato.

**Cláusula 1ª** -----

**(Objeto e preço contratual)** -----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo"**, pelo preço de **€ 252.565,00** (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco euros) que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada, foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do dia 18/08/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do dia .../.../2017, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, e Projeto de Execução devidamente aprovado por deliberação camarária do dia 23/06/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

**Cláusula 2ª** -----

**(Prazo de Execução)** -----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **150 (Cento e cinquenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no nº1, do Artigo 362º, do CCP. -----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o nº1 antecedente, encontra-se prevista para .... de ..... de 2017. -----

**Cláusula 3ª** -----

**(Prazo de Garantia da Obra)** -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável. -----

3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

- Cláusula 4ª** -----  
**(Pagamentos)** -----
- 1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----
- 2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura. -----
- Cláusula 5ª** -----  
**(Revisão de Preços)** -----
- 1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro. -----
- 2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Rede de abastecimento e água e de águas residuais** - publicada no despacho n.º 22 637/2004 (2ª série), de 5 de novembro. -----
- 3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----
- Cláusula 6ª** -----  
**(Cabimento e Compromisso)** -----
- 1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07030307; CAB nº 1559/2017, de .../.../2017; -----
- 2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso Nº 2236/2017, de 10/08/2017, em cumprimento do disposto no nº2, do artigo 9º e nº3, do artigo 5º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, nº3, alínea c) do D.L. nº 127/2012, de 21 de junho. -----
- Cláusula 7ª** -----  
**(Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)** -----
- Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, depósito em dinheiro efetuado na Tesouraria Municipal, tendo sido emitido o documento de receita n. DRG 00/156, datado de 2017/08/14, no valor de € **12.628,25** (doze mil, seiscentos trezentos e noventa euros e oitenta e sete cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 89º, do CCP. -----
- Cláusula 8ª** -----  
**(Foro Competente)** -----
- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----
- Cláusula 9ª** -----  
**(Prevalência)** -----
- 1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.
- 2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto nº6, do artigo 96º, do CCP. -----

**Cláusula 10ª -----**  
**(Legislação aplicável) -----**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável. ---

**Cláusula 11ª -----**  
**(Disposições finais) -----**

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 23/06/2017; -----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 18/08/2017; -----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017; -----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registos Criminais, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP e Certidão Permanente. -

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../17. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.14. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.14. -----**

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

**3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO**

**VII  
EXPROPRIAÇÕES**

**VIII  
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

**IX  
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X**  
**FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XI**  
**ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

**1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

**XII**  
**DIVERSOS**

**1. REQUERIMENTO EM NOME DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO LARGO DA FESTA, BAIRRO DE SÃO JOÃO, POVOAÇÃO E FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 068/GTF/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**Enquadramento -----**

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8317/17, datado de 01-08-2017, em nome da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Cimo de Vila da Castanheira, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no largo da festa, Bairro de São João, povoação e freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, deste concelho.- O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 27 / 08 / 2017 -----

• 08:00 - 24:00 h-----

Dia 28 / 08 / 2017-----

• 00:00 - 1:30 h-----

**Fundamentação -----**

**"Legislação em vigor" -----**

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

**"Avaliação do local de Lançamento" -----**

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----



1. O local de lançamento do fogo, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----
2. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Carlos Artur Oliveira" (Declaração em anexo).-----
3. A zona de lançamento caracteriza-se por solo isento de vegetação e da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa perigosidade.-----
4. A zona envolvente caracteriza-se por área agrícola de milho, batata e cereal. A norte do local de lançamento, deparamo-nos com uma área de inculto ocupada por vegetação arbustiva de altura média de 140 cm e densidade moderada/elevada. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa a baixa perigosidade e na direcção oeste a norte com área de alta a muito alta perigosidade (carta em anexo).-----
5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

#### **Proposta** -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 240 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública;-----
2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa. -----
4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----
5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos.-----

#### **Anexo:** -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Carlos Artur Oliveira".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública.-----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.08.09** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: -----

1- Os fogos florestais constituem um flagelo para o País, comprometendo o seu património natural e ambiental, com todas os inconvenientes daí resultantes. -----

2 - Todas as medidas que possam ser tomadas para, preventivamente, combater os fogos florestais são, sempre, escassas. -----

3 - A tutela veio a determinar a aplicação de medidas excepcionais de prevenção, sobre a matéria, facto que não pode ser dissociado da declaração de calamidade pública praticada, a qual já atingiu várias zonas do País, como consequência direta e necessária da dimensão e gravidade dos incêndios florestais, recentemente, registados, tendo os mesmos provocado danos materiais, humanos e naturais inusitados. -

4 - Não colocando, em causa, o festejo, por parte das populações locais, dos seus Santos Padroeiros, tais eventos poderão ser desenvolvidos, sem o lançamento de fogo de artifício, o qual, em potencia, pode determinar a ignição de novos incêndios florestais. --

5 - Pelas razões expostas, todas elas de natureza cautelar e/ou preventiva, em vista à boa preservação das florestas do Concelho, vota contra a autorização concedida, consubstanciada no lançamento de fogo de artifício. -----

**2. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. SAMUEL DE ARAÚJO EVANGELISTA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO NO RECINTO DO SANTUÁRIO DO SR. DOS AFLITOS, POVOAÇÃO DE TRAVANCAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 070/GTF/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**Enquadramento -----**

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8494/17, datado de 07-08-2017, em nome do Sr. Samuel de Araújo Evangelista, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no recinto do Santuário do Sr. dos Aflitos, povoação de Travancas, união de freguesias de Travancas e Roriz, deste concelho. -----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

**Dia 27 / 08 / 2017 -----**

• 08:00 - 24:00 h -----

**Dia 28 / 08 / 2017 -----**

• 00:00 - 24:00 h -----

**Fundamentação -----**

**"Legislação em vigor" -----**

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros

artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respetiva Câmara Municipal. -----  
 3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017). -----

**"Avaliação do local de Lançamento"** -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN); -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta baixa a muito baixa perigosidade; -----

4. Na zona envolvente, a perigosidade é baixa a muito baixa sendo este caracterizado por áreas agrícolas temporárias e de pousio. -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

**Proposta** -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública; -----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa. -----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora); -----

O Técnico Superior -----  
 (Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira Fogos de Artifício, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.08.09** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: -----

1- Os fogos florestais constituem um flagelo para o País, comprometendo o seu património natural e ambiental, com todas os inconvenientes daí resultantes. -----

2 - Todas as medidas que possam ser tomadas para, preventivamente, combater os fogos florestais são, sempre, escassas. -----

3 - A tutela veio a determinar a aplicação de medidas excepcionais de prevenção, sobre a matéria, facto que não pode ser dissociado da declaração de calamidade pública praticada, a qual já atingiu várias zonas do País, como consequência direta e necessária da dimensão e gravidade dos incêndios florestais, recentemente, registados, tendo os mesmos provocado danos materiais, humanos e naturais inusitados. -

4 - Não colocando, em causa, o festejo, por parte das populações locais, dos seus Santos Padroeiros, tais eventos poderão ser desenvolvidos, sem o lançamento de fogo de artifício, o qual, em potencia, pode determinar a ignição de novos incêndios florestais. --

5 - Pelas razões expostas, todas elas de natureza cautelar e/ou preventiva, em vista à boa preservação das florestas do Concelho, vota contra a autorização concedida, consubstanciada no lançamento de fogo de artifício. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---